



SERVIÇOS

contabilidade • assessoramento • perícias • informações • pesquisas

Sobrecarga tributária

Após oito meses de discussões no Congresso Nacional, proposta de reforma tributária é tratada como 'fonte de arrecadação' do governo e pouco contribui para o crescimento econômico do País

Auditoria de contrato



Atenção redobrada para os serviços terceirizados

Contribuição Sindical 2004
Fique atento!

Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas filiados à FENACON

SESCAP - Acre

Pres.: Sergio Castagna
Av. Getúlio Vargas, 130, sala 205 - Centro
69900-660 - Rio Branco/AC
Tel.: (68) 223-8177/223-3452
sescapac@ibest.com.br
www.sescap-ac.org.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - Alagoas

Pres.: Anastácio Costa Mota
R. Dr. Albino Magalhães, 185
57050-080 - Maceió/AL
Telefax: (82) 336-6038 / 336-3692
nortecal@veloxmail.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-al
Cód. Sindical: 002.365.89638-8

SESCAP - Amapá

Pres.: Aluisio Pires de Oliveira
R. Hamilton Silva, 2200, Bairro Trem
68906-480 - Macapá/AP
Telefax: (96) 223-1719
sescap_ap@uol.com.br
www.sescon-ap.org.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - Amazonas

Pres.: Wilson Américo da Silva
R. Monsenhor Coutinho, 477 - sala 5 - Centro
69010-110 - Manaus/AM
Telefax: (92) 3087-6089 / 233-2336
sesconam@argo.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-am
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCAP - Apucarana

Pres.: Alicindo Carlos Moroti
R. Osvaldo Cruz, 359 - Centro
86800-720 - Apucarana/PR
Telefax: (43) 422-3913
aprogramacao@brturbo.com
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCAP - Bahia

Pres.: Fernando César Passos Lopo
Av. Antonio Carlos Magalhães, 2573
12º andar, salas 1205/1206
Candeal de Brotas
40289-900 - Salvador/BA
Tel.: (71) 452-4082 / Fax: (71) 452-9945
sesconba@terra.com.br
www.sescon-ba.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90858-0

SESCON - Blumenau

Pres.: Carlos Roberto Victorino
R. 15 de novembro, 550 - 10º andar
salas 1009/1010
89010-901 - Blumenau/SC
Tel.: (47) 326-0236 / Fax: (47) 326-3401
sesconblumenau@flynet.com.br
www.sesconblumenau.org.br
Cód. Sindical: 002.365.89502-0

SESCON - Caxias do Sul

Pres.: Moacir Carbonera
R. Ítalo Victor Bersani, 1134 - Jd. América
95050-520 - Caxias do Sul/RS
Tel.: (54) 222-7831 / 228-2425
Fax: (54) 222-7825
sescon@cic-caxias.com.br
Cód. Sindical: 002.365.87490-2

SESCON - Ceará

Pres.: Urubatam Augusto Ribeiro
Av. Washington Soares, 1.400 - sala 401,
Edson Queiróz
60811-341 - Fortaleza/CE
Tel.: (85) 273-2255 / Telefax: (85) 273-5083
sesconce@sescon-ce.org.br
contato@sescon-ce.org.br
www.sescon-ce.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88157-7

SESCON - Distrito Federal

Pres.: Elizer Soares de Paula
SHC CR Quadra 504, Bloco C, Subsolo -
Loja 64, Asa Sul - Entrada W2
70331-535 - Brasília/DF
Tel.: (61) 226-2456 / 226-1485 / 226-1269
Fax: (61) 226-1248
sescondf@sescondf.org.br
www.sescondf.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04303-2

SESCON - Espírito Santo

Pres.: Luiz Carlos de Amorim
R. Quintino Bocaiuva, 16, sala 903
29010-903 - Vitória/ES
Tel.: (27) 3223-3547 / Fax: (27) 3222-7589
sescon@sescon-es.org.br
www.sescon-es.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04904-9

SESCON - Goiás

Pres.: Edson Cândido Pinto
Av. Goiás, 400 - 6º andar - sala 67 - Centro
74010-010 - Goiânia/GO
Telefax: (62) 212-4477
sescongo@ih.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-go
Cód. Sindical: 002.365.05474-3

SESCON - Grande Florianópolis

Pres.: Walter Teófilo Cruz
R. Felipe Schmidt, 303, 9º andar, Centro
88010-903 - Florianópolis/SC
Telefax: (48) 222-1409
sescon@sesconfloripa.org.br
www.sesconfloripa.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88511-4

SESCON - Londrina

Pres.: Paulo Bento
R. Senador Souza Naves, 289 - sobreloja
86010-914 - Londrina/PR
Telefax: (43) 3329-3473
sescon@sercomtel.com.br
www.sesconlda.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90169-1

SESCON - Maranhão

Pres.: Gilberto Alves Ribeiro
Av. Gerônimo de Albuquerque, s/nº - sala 201
Retorno do Calhau - Casa do Trabalhador
65051-200 - São Luís/MA
Telefax: (98) 246-7459 / 246-3653
sescon.ma@uol.com.br
www.elo.com.br/sescon
Cód. Sindical: 002.365.90023-7

SESCON - Mato Grosso

Pres.: João dos Santos
R. São Benedito, 851 - 1º andar - Lixeira
78010-800 - Cuiabá/MT
Tel.: (65) 623-1603 / Fax: 321-4831
sesconmt@terra.com.br
www.sescon-mt.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86025-1

SESCON - Mato Grosso do Sul

Pres.: Laércio José Jacomelli
R. Elvira Pacheco Sampaio, 681 - Jardim
Monumento
79071-030 - Campo Grande/MS
Telefax: (67) 387.6094 / 387.5489
sesconms@sesconms.org.br
www.sesconms.org.br
Cód. Sindical: 002.365.87924-6

SESCON - Minas Gerais

Pres.: João Batista de Almeida
Av. Afonso Pena, 748 - 24º andar - Centro
30130-003 - Belo Horizonte/MG
Telefax: (31) 3273-7353
sescon@sescon-mg.com.br
www.sescon-mg.com.br
Cód. Sindical: 002.365.04937-5

SESCON - Pará

Pres.: Carlos Alberto do Rego Correa
Av. Presidente Vargas, 640 - 5º andar
Sala 01 - Campina
66017-000 - Belém/PA
Telefax: (91) 212-2558
sesconpa@nautilus.com.br
www.sescon-pa.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90145-4

SESCON - Paraíba

Pres. Aderaldo Gonçalves do Nascimento Jr.
R. Rodrigues de Aquino, 267 -
3º andar - Centro
58013-030 - João Pessoa/PB
Tel.: (83) 222-9106
Fax: (83) 222-9106
sesconpb@jrcontag.jpa.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-pb
Cód. Sindical: 002.365.90755-0

SESCAP - Paraná

Pres.: Valdir Pietrobon
R. Marechal Deodoro, 500 - 11º andar - Centro
80010-911 - Curitiba/PR
Telefax: (41) 222-8183
sesconpr@sescap-pr.org.br
www.sescap-pr.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88248-4

SESCAP - Pernambuco

Pres.: Almir Dias de Souza
R. José Aderval Chaves, 78, salas 407/408,
Boa Viagem
51111-030 - Recife/PE
Telefax: (81) 3327-6324
sescap@sescappe.com.br
www.sescappe.com.br
Cód. Sindical: 002.365.88145-3

SESCON - Piauí

Pres.: Tertulina Ribeiro Passos
Av. José dos Santos e Silva, 2090
sala 201 - Centro
64001-300 - Teresina/PI
Telefax: (86) 221-9557 / 222-6337
sesconpi@analisecontabilidade.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90801-7

SESCON - Ponta Grossa

Pres.: Luiz Fernando Saffraider
R. XV de Novembro, 301 - 6º andar - salas
67 e 68 - Centro
84010-020 - Ponta Grossa/PR
Telefax: (42) 222-1096
sesconpg@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - Rio de Janeiro

Pres.: José Augusto de Carvalho
Av. Presidente Vargas, 542 - sala 1906 - Centro
20071-000 - Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 2233-8868
Telefax: (21) 2233-8899
sesconrj@terra.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-rj
Cód. Sindical: 002.365.86767-1

SESCON - Rio Grande do Norte

Pres.: Edson Oliveira da Silva
R. Segundo Wanderley, 855-B, sala 122,
Barro Vermelho
59030-050 - Natal/RN
Tel.: (84) 201-0708
sesconrn@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON/ Rio Grande do Sul

Pres.: Tadeu Saldanha Steimer
R. Augusto Severo, 168 - São João
90240-480 - Porto Alegre/RS
Tel.: (51) 3343-2090
Fax: (51) 3343-2806
sescon-rs@sescon-rs.com.br
www.sescon-rs.com.br

SESCAP - Rondônia

Pres.: João Aramayo da Silva
Av. Carlos Gomes, 2292 - sala 04 - São
Cristóvão
78901-200 - Porto Velho - RO
Tel.: (69) 3026-2531
Fax: (69) 224-1922
siecont-ro@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - Roraima

Pres.: Vivaldo Barbosa de Araújo Filho
R. Coronel Mota, 1848, Centro
69301-120 - Boa Vista/RR
Telefax: (95) 623-2696
vivaldo@technet.com.br
Cód. Sindical: 002.365.04959-6

SESCON - Santa Catarina

Pres.: Vilson Wegener
Av. Juscelino Kubitschek, 410 - bloco B -
salas 306/308
89201-906 - Joinville/SC
Telefax: (47) 3328-9849 / 433-1131
sesconsc@sesconsc.org.br
www.sesconsc.org.br
Cód. Sindical: 002.365.02808-4

SESCON - São Paulo

Pres.: Carlos José de Lima Castro
Av. Tiradentes, 960 - Luz
01102-000 - São Paulo/SP
Telefax: (11) 3328-4900
Fax: (11) 3328-4940
sesconsp@sescon.org.br
www.sescon.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86257-2

SESCON - Sergipe

Pres.: Wladimir Alves Torres
R. Siriri, 496 - sala 3 - 1º andar - Centro
49010-450 - Aracaju/SE
Telefax: (79) 214-0722
sesconse@infonet.com.br
www.sescon-se.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04999-5

SESCON - Sul Fluminense

Pres.: Fulvio Abrami Stagi
R. Orozimbo Leite, 14, 2º andar, Centro
27330-420 - Barra Mansa/RJ
Telefax: (24) 3322-5627 / 3323-8318
sesconsul@uol.com.br
www.sescon-sulfluminense.org.br
Cód. Sindical: 002.365.05022-5

SESCON - Tocantins

Pres.: Antônio Luiz Amorim Araújo
Quadra 103 Norte (ACNO I) - conjunto 2 -
lote 10 - Centro
77013-020 - Palmas/TO
Telefax: (63) 215-5090 / 215-1596
audicon.to@terra.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

**Empresário de Serviços,
entre em contato com seu
sindicato através de e-mail.
É mais fácil, rápido e
econômico.
Critique, reivindique, opine,
faça sugestões aos seus
dirigentes. Eles querem
trabalhar por você, em
defesa de sua empresa.**



FENACON

Setor Comercial Norte, Quadra 1,
Bloco F, salas 602 e 603
CEP 70711-905 - Brasília - DF
Telefax: (61) 327-0002
E-mail: fenacon@fenacon.org.br

Diretoria da Fenacon 2001/2004

Presidente: Pedro Coelho Neto

Vice-Presidente - Região Sudeste: Antônio Marangon

Vice-Presidente - Região Sul: Mário Elmir Berti

Vice-Presidente - Região Nordeste: José Geraldo Lins de Queirós

Vice-Presidente - Região Centro-

Oeste/Norte: Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta

Diretor Administrativo: Roberto Wuthstrack

Diretor Financeiro: Horizon Donizett Faria de Almeida

Diretor Institucional: Haroldo Santos Filho

Diretor de Assuntos Legislativos e do Trabalho:
Sauro Henrique de Almeida

Diretor de Eventos: José Rosivaldo Evangelista Rios

Diretor de Tecnologia e Negócios: Nivaldo Cleto

Suplentes: José Eustáquio da Fonseca

Luiz Valdir Slompo de Lara

Anastácio Costa Mota

Maciel Breno Schiffler

Orival da Cruz

Cleodon de Brito Saraiva

Izabel Rodrigues Lipke

Carlos Alberto do Rego Correa

Leomir Antonio Minozzo

William de Paiva Motta

Conselho Fiscal

Efetivos: Jodoval Luiz dos Santos

José Carmelo Farias

Antonio José Papir

Suplentes: Irany Barroso de Oliveira Filho

Aluísio Beserra de Mendonça

Luis Carlos Freitas

Representação na CNC

Efetivos: Pedro Coelho Neto

Eliel Soares de Paula

Suplentes: José Augusto de Carvalho

Maria Elzira da Costa

Expediente

A REVISTA FENACON EM SERVIÇOS é uma publicação mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

Circulação: nacional - empresas de setores de serviços ligadas ao Sistema Fenacon, instituições de ensino superior, órgãos governamentais, representantes dos poderes legislativos e entidades empresariais.

Auditoria de Circulação: Itecon - Instituto Técnico de Consultoria e Auditoria S/C

Impressão: Prol Gráfica Editora Ltda.

Editor Responsável: André Luiz de Andrade

Direção de Arte e Diagramação: Marcelo Ventura

Conselho Editorial: Pedro Coelho Neto
Antonio Marangon
Nivaldo Cleto
Mário Elmir Berti
Gerson Lopes Fonteles
Sérgio Approbato Machado
José Antonio de Godoy

Tiragem: 50 mil exemplares

A Revista Fenacon em Serviços não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nas matérias ou artigos assinados

Secretaria de redação

Setor Comercial Norte, Quadra 1, Bloco F, salas 602 e 603
CEP 70711-905 - Brasília - DF • Telefax: (61) 327-0002
E-mail: revista@fenacon.org.br

Anúncios

Tel.: (11) 3875-0308 • E-mail: pedrojesus@fenacon.org.br

FENACON em

Ano VIII - Edição 96

SERVIÇOS

Dezembro de 2003

índice

■ espaço do leitor	04
■ palavra do presidente	05
. Quem paga, efetivamente, os impostos?	
■ brasil político	05
■ ato público	06
. Sem a participação da sociedade civil, Tributária não decola	
. Gabrielli faz balanço das atividades do NPECT	
■ sistema tributário	10
. Malha fiscal	
. 16º Prêmio Tributarista IOB 2003	
■ previdência social	11
. Perfil Profissiográfico Previdenciário	
■ opinião	12
. Muito além dos impostos	
■ à luz do direito	14
. O preposto na Justiça de Trabalho	
■ sindical	15
. Conselho de Representantes da Fenacon faz última assembléia do ano, em Brasília	
■ eleições	16
. Sescons de São Paulo e Espírito Santo elegem novas diretorias	
■ empresas de auditoria	18
. Contratos de risco	
■ auditoria interna	20
. Novos tempos para a auditoria	
■ junta comercial	22
. Projeto de modernização será mantido pelo novo presidente da Jucesp	
■ rápidas	23
. Junta de SP lança pesquisa sobre empresas, via Internet	
. Sebrae oferece 'Simulador de alternativas de crédito' online	
■ tecnologia da informação	24
. Janela para o sucesso	
■ análise	26
. Contador: desafios à parte, uma profissão de futuro	
■ qualificação	27
. Parceria entre Fenacon e Editora Atlas amplia acesso a informações técnicas	
■ crônica	28
. Todos os lares	
■ publicado & registrado	29
. Justiça isenta contabilistas da Cofins	
■ desenvolvimento pessoal	30
. Simples e essencial	
■ go around	31
. Ilegal ou extralegal	
■ campanha sindical	32
. Categorias econômicas representadas pelos sindicatos filiados à Fenacon	
. Embasamento legal da contribuição sindical	
. Códigos de área dos sindicatos filiados	

Abaixo-assinado

Caro Colega Pedro Coelho, sou presidente de uma pequena associação de escritórios em Atibaia - SP e, como acho que necessitamos de fato exercer nossa cidadania, pois, ao que parece, não há limites para a fome de nosso 'leão', lhe remeti aproximadamente 250 assinaturas do abaixo-assinado (ver matéria pág. 06). Espero que consigamos, no país todo, atingir nosso objetivo de 'tentar' ao menos barrar esta voracidade e que nossa voz seja ouvida e respeitada. Parabeno-o por sua atuação à frente da entidade e, especialmente, pela iniciativa.

Marcos Fernando Roncoletta
Aesca - Associação dos Escritórios
Contábeis de Atibaia
Atibaia - SP
roncobil@osite.com.br

Êxito

Temos a satisfação, mais uma vez, de acusar o recebimento da Revista 'Fenacon em Serviços', ano VIII, edição 93, setembro/2003, pelo que somos gratos.

Gostaríamos de informar, também, o quanto é saudável a leitura da revista aqui citada, uma vez que ela é recheada de excelentes artigos, dentre eles, encontramos, como destaque, no nosso conceito, os seguintes: 'Reformas e reformas', 'Felicidade e simplicidade beneficiam gestão empresarial' e 'Educação continuada'.

Servimo-nos, pois, da presente, para levar a todos os que, com esforço e dedicação, constróem e erguem o nome dessa instituição, nossos aplausos pelos êxitos alcançados.

Oswaldo Ferreira dos Santos - diretor-presidente
José Kleber Calou - diretor-gerente
Cooperativa de Crédito Caixaerial do Crato
Crato - CE

COMDEX 2003

O site do Terra deu destaque a matéria sobre Bill Gates, da empresa Microsoft, onde mostrava o mesmo protagonizando, com um dos figurões da mesma empresa, personagens do filme Matrix em uma feira no EUA. O que me chamou a atenção foi que as fotos divulgadas no site foram tiradas pelo diretor de Tecnologia e Negócios da Fenacon, Sr. Nivaldo Cleto (ver artigo TI, página 24).

Acho que engrandece a classe contábil saber que a entidade está 'plugada' e atenta

no que ocorre no cenário internacional de tecnologia. O intuito desse e-mail é de parabenizar a Fenacon, pois é um orgulho ver uma entidade de classe colaborando com informação em um site de tanta expressão.

Anderson Ximenes Prado
Marpe Prosoft Nordeste
Fortaleza - CE
anderson@grupomarpe.com.br

Nivaldo Cleto: Esse comentário me deixa emocionado, pois demonstra o reconhecimento da comunidade Fenacon pelo trabalho que realizamos. Divido com toda a diretoria da Fenacon, que me apoia nesse trabalho, a minha emoção e entusiasmo. Continuem contando sempre com os meus conhecimentos de tecnologia da informação em prol da entidade.

Mas, é que ...

Prezado Senhor Haroldo Santos Filho, acabei de ler o artigo intitulado 'Mas, é que...', publicado na edição 95, da Revista Fenacon (seção 'Go around') e senti-me motivada a enviar este e-mail. Concordo plenamente que, ao assumirmos os nossos erros de imediato, as coisas tendem a ser resolvidas mais rapidamente e sem maiores aborrecimentos. Além do que, uma pessoa que reconhece seus erros tão prontamente, de uma certa forma atrai confiança e respeito. Com certeza, artigos assim são um aprendizado. Parabéns.

Yolanda Régis
Secretaria Sescap/BA
Salvador - BA
sesconba@terra.com.br

Haroldo Santos Filho: Prezada Yolanda, antes de mais nada, receba o meu abraço e o meu agradecimento pelo seu e-mail. Quanto ao artigo 'Mas é que...' por você citado, de fato, o dia-a-dia de nossas empresas acaba por nos revelar que coisas simples contribuem fortemente para o sucesso de nossas ações. Um bom exemplo disso é o simples fato de se reconhecer a própria falha e olhar imediatamente para frente no sentido de, efetivamente, ajudar a

empresa a superar aquele momento. Mais uma vez obrigado pelas palavras.

Alta velocidade

Caro Nivaldo, trabalho em uma empresa contábil e estamos interessados em Internet banda larga - por enquanto só dispomos de conexão discada. Até o final do ano, a Brasiltelecom garante que estará disponível em nossa cidade a ADSL. Outro provedor está estudando a possibilidade de conexão via rádio. Como não conheço na prática estas tecnologias, gostaria de uma opinião sua sobre qual a melhor tecnologia, visando o custo/benefício e que não se torne obsoleta rapidamente.

Gilmar Müller
Escritório Contábil Servicon
Piratuba - SC
servicon@cnx.com.br

Nivaldo Cleto: Prezado Gilmar, vou tecer alguns comentários como usuário de diversos sistemas - cabo, satélite, wireless e rádio. Em São Paulo, houve nos últimos anos uma proliferação do sistema de transmissão via rádio, pois, dependendo da distância entre o provedor e o usuário, o sistema tem demonstrado-se eficiente. No interior, onde o sistema de telefonia a cabo ainda não foi instalado, o rádio, sem dúvida, é a melhor opção.

Acontece que o provedor contrata com a Embratel um link dedicado pelo sistema de fibra ótica. Ele pega essa banda e retransmite aos clientes via rádio. Dependendo da quantidade de clientes, há uma divisão, causando lentidão nas horas de pico. Você deve exigir do seu fornecedor uma banda mínima para evitar dores de cabeça. O sistema de rádio já está testado e aprovado.

Saiba de uma coisa: não existe um sistema perfeito, quer seja rádio, wireless, cabo, etc. ... Ainda me sinto uma cobaia dentro desse cipoal de fios e linhas imaginárias. Temos que conviver e tolerar as falhas do sistema. Cobrar, eles sabem muito bem. Espero que o avanço da tecnologia resolva o problema de qualidade das bandas em um curto espaço de tempo.

Fale com o editor: revistafenacon@fenacon.org.br

As mensagens, para esta seção, somente serão publicadas com a devida identificação do leitor:

Nome, Endereço Completo e Telefone.

Por motivos de espaço, a redação se reserva o direito de publicar de modo resumido o conteúdo das cartas e e-mails dos leitores.



Pedro Coelho Neto

Quem paga, efetivamente, os impostos?

Muito se fala sobre aumento da carga tributária, por conta das constantes alterações na legislação, promovidas pelos governos federal, estaduais e municipais; porém, a grande maioria dos verdadeiros prejudicados não tem conhecimento do porquê de tanto alarde. Vêem-se entidades representativas da agricultura, da indústria, do comércio e de serviços verberando contra a majoração dos tributos e, no entanto, ao divagarmos um pouco sobre o tema veremos que as razões dos questionamentos são bem diferentes do que se pensa.

A idéia dessa pequena reflexão surgiu por ocasião de uma entrevista para a CBN, quando a entrevistadora questionou o fato de estarmos afirmando que as empresas que mais empregam seriam prejudicadas, caso a MP 135 venha a ser aprovada, obrigando-as a repassarem esse aumento para os preços dos bens ou serviços que produzem. Questionou a repórter: como então as empresas seriam prejudicadas se os impostos serão repassados aos consumidores?

Ora, os impostos são pagos, efetivamente, pelo consumidor final, ou seja, pelas pessoas físicas que adquirem

“Precisamos ter a nítida consciência de que um governo que põe seu foco exclusivo na arrecadação está lesando o povo consumidor”

bens e serviços. As empresas, embora sejam entes importantíssimos, são meras repassadoras de custos, dentre eles os impostos. Poder-se-ia, então, dizer: as empresas pagam imposto sobre os lucros que obtêm; mas, se verificarmos que os lucros estão embutidos nos preços pagos pelos consumidores, veremos, facilmente, também aqui, os consumidores como os verdadeiros pagantes.

Caberia perguntar: por que os representantes das empresas se mobilizam contra o governo na tentativa de por um basta na insaciável fome por mais impostos? Apesar de parecer incoerente, a batalha dos empresários é em defesa do ‘mercado’ e do ‘consumidor’.

Ao aumentar a carga tributária para patamares inaceitáveis, o governo põe em risco as empresas, obrigando-as a praticarem preços facilmente superáveis por produtos ou serviços equivalentes pro-

duzidos em outros países que exijam tributos em porcentagem mais baixa. Ademais, o simples fato de os recursos do consumidor, transformados em impostos, serem carreados para o governo que destina grande parte do que arrecadada para pagamento de juros da dívida externa, por si só, já representa uma sangria irrecuperável para o País.

É preciso, portanto, deixar claro para a população que a bandeira contra o aumento da carga tributária deve ser empunhada por todos, pois, se prejudica as empresas, pondo em risco a comercialização do que elas produzem, também gera desemprego e afeta diretamente a cada uma das pessoas físicas que venha a consumir, seja lá o que for. Não é sem sentido que o consumidor americano, por exemplo, tem nas suas notas de consumo a importância destinada a TAXAS devidamente destacada.

Precisamos ter a nítida consciência de que um governo que põe seu foco exclusivo na arrecadação de tributos - deixando a desejar na contra-prestação dos serviços públicos -, está lesando o povo consumidor. É importante, portanto, que “quem paga efetivamente os impostos” esteja consciente disso e se mobilize junto com os que, indiretamente prejudicados, participam dessa guerra, ora tão desigual, contra os plantonistas cobradores de impostos.

Aproveitamos, por fim, o ensejo do término do ano para reiterar o nosso propósito de, cumprindo a missão que nos foi confiada, continuar lutando para que todos nós, prestadores de serviços, tenhamos mais tranquilidade no exercício da nossa nobre missão de servir. Servir os nossos clientes, servir os contribuintes que, afinal, pagam a conta. Um ano novo promissor para todos são os votos dos que fazem a Fenacon.

Pedro Coelho Neto
é presidente da Fenacon
pedrocoelho@fenacon.org.br

brasil político



Sem a participação da sociedade civil, Tributária não decola

Ato público em Brasília demonstra insatisfação de empresários de serviços com a condução da reforma tributária e retoma 'Movimento pela Ampliação do Simples'

Por Márcio Sampaio de Castro

Quanto mais se aproxima o final das discussões sobre a reforma tributária no Congresso, mais aumenta a sensação de que os ajustes propostos não passam de artifícios para satisfazer as necessidades de receita do governo. Ou seja, transcorrido quase um ano do governo Lula, algumas vozes se levantam para dizer que Brasília viu a troca dos mandatários, após as últimas eleições, mas os 'desígnios' do poder continuam os mesmos. Mais receita para cobrir as despesas da máquina estatal.

Mas como diz o presidente do Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários, Gerson Gabrielli, "Brasília só entende a linguagem da pressão", o NPECT, em conjunto com a Fenacon e o Conselho Federal de Contabilidade, resolveu organizar um ato público contra a atual condução das reformas.

Denominado 'A Reforma Tributária que o Brasil Precisa', o evento ocorreu no último dia 19 de novembro, na sede do CFC, na capital federal.

Prestigiado por diversos parlamentares, pelos 34 presidentes dos sindicatos filiados à Fenacon, presidentes de CRCs, empresários, contabilistas, além de nomes como o do consultor Antoninho Marmo Trevisan, membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do governo federal, o ato público foi conduzido por Gabrielli, Coelho Neto e pelo vice-presidente do CFC, Irineu De Mula. Durante a manifestação, como não poderia deixar de ser, o foco principal foi o modelo de reforma tributária que atualmente tramita no Senado Federal.

Fantasia tributária

Pedro Coelho chegou a classificar a proposta de uma 'fantasia', enquanto os diversos parlamentares presentes, ao se pronunciarem, foram unânimes ao, igualmente, condenar o modelo de reforma. "Não se pode fazer reforma tributária com o País em recessão. O que os entes federados querem não cabe dentro

do PIB", afirmou o deputado José Militão (PTB/MG), referindo-se à disputa entre prefeituras, estados e União por mais recursos. O deputado Gerson Gabrielli aproveitou para anunciar que retomaria um projeto de lei do senador Jorge Bornhausen (PFL/SC), reformulando-o e reapresentando-o na Câmara. A proposta é a criação do Código de Defesa do Contribuinte, uma maneira de impedir os eventuais abusos tributários cometidos pelo governo.

Outro momento de destaque durante o ato foi a exposição da tributarista Marta Arakaki. "O Brasil precisa parar de fazer reforma tributária pelo lado da receita", lembrou a representante do CFC. Arakaki, que é uma das coordenadoras do grupo pertencente ao Conselho Federal de Contabilidade responsável por apresentar propostas e alternativas às reformas,



Fotos: L. Martínez

Mesa do ato público: 'A Reforma Tributária que o Brasil Precisa'



O presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, entrega abaixo-assinado, com 14 mil assinaturas, pela ampliação do Simples, ao deputado e presidente do NPECT, Gerson Gabrielli

lembrou que seria muito mais interessante o governo conduzir uma reforma fiscal e administrativa que reduzisse o número de municípios brasileiros.

Marta defendeu que grande parte deles não sobrevive do que arrecada e sim do Fundo de Participação dos Municípios fornecido pelo governo federal. “Um verdadeiro festival de gastos inúteis”, completou a especialista, para quem deveria caber ao Parlamento efetivamente definir os rumos das reformas e não à Receita Federal, como, segundo ela, costuma ocorrer. Marta lembrou que, em diversas oportunidades, nos últimos anos, o Palácio do Planalto, com a anuência dos técnicos da Receita, vem intervindo sobre as questões tributárias junto ao Congresso Nacional.

Executivo + Executivo + Executivo

De fato, talvez a falta de equilíbrio na equação Congresso + Executivo + Sociedade Civil venha sendo o calcanhar de Aquiles para uma resolução satisfatória

de temas como as reformas estruturais. De acordo com o deputado Gérson Gabrielli, estudo realizado na Câmara apurou que 85% dos projetos de lei aprovados naquela Casa nasceram no Palácio do Planalto, o que demonstra o peso do Executivo sobre os outros dois elementos da fórmula matemática. O resultado disso só pode ser insatisfação generalizada e frustração, como demonstrou o ato público em Brasília.



Foto: L. Martinez

Marta Arakaki: “O Brasil precisa parar de fazer reforma tributária pelo lado da receita”

pelo Simples para as Empresas de Serviços’. Para isso, promoveu um abaixo-assinado, que colheu mais de 14 mil assinaturas em pouco mais de um mês. Além de retomar o Movimento, o documento apresenta duas características bastante importantes: mantém a pressão e mostra que existe muita gente descontente com a desatenção do governo federal em relação ao setor que mais gera emprego e mais paga impostos no País.

Colhido entre empresários, contabilistas e profissionais ligados ao setor de serviços, o abaixo-assinado lembra em seu texto que a própria Constituição Federal, em seu artigo 179, prevê tratamento tributário diferenciado e simplificado às micro e pequenas empresas, o que na prática não vem

Simples em pauta

Preocupada com este vaticínio pouco auspicioso, a Fenacon, através de seu presidente Pedro Coelho Neto, resolveu retomar com mais força, durante o ato público, o chamado ‘Movimento Nacional

Alterdata



Deputado José Militão: “Não se pode fazer reforma tributária com o País em recessão. O que os entes federados querem não cabe dentro do PIB”

ocorrendo de maneira extensiva. Como se sabe, as prestadoras de serviços estão impedidas de aderir ao Simples. Uma vez finalizada a coleta de assinaturas, o documento será entregue aos ministros Antonio Palocci (Fazenda), José Dirceu (Casa Civil) e aos presidentes João Paulo Cunha (Câmara), José Sarney (Senado) e Lula, ainda em dezembro.

Aos pedaços

Percebendo o tamanho da encrência em que se meteu, ao levantar a bandeira da reforma tributária sem discutí-la apropriadamente com a sociedade, o governo, nas últimas semanas, resolveu mudar de tática e vem atacando em várias frentes. Aos parlamentares do NPECT, o ministro José Dirceu, por mais de uma vez, sinalizou pessoalmente ou através de emissários que é sensível ao pleito das prestadoras de serviços, no que se refere a ampliação do Simples, e que, num futuro próximo, alterações podem ser encaminhadas através de Medida Provisória ou Projeto de Lei.

Num espectro mais amplo, o Planalto já entendeu que não aprovará nenhuma reforma dentro do perfil originalmente apresentado à Câmara, ainda em abril deste ano. Por isso, adotou a fórmula do fatiamento. Optou por aprovar até o fim deste ano medidas emergenciais como a prorrogação da CPMF, a Desvinculação das Receitas da União e a partilha da Cide (Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico) entre as três esferas federativas.

Para 2005, ano de eleições, ficariam os debates sobre o polêmico ICMS e somente para 2007, já sob um novo governo ou mandato, a criação e implementação do IVA (Imposto sobre Valor Agregado), com a conseqüente redução no número de tributos. Em resumo, pode-se dizer que tais medidas são um indicativo claro de que o deputado José Militão tem razão ao avaliar que a reforma tributária será sepultada no Senado. Afinal, em ano de eleições, as atenções voltam-se quase que exclusivamente para as urnas.

Insatisfação

Ainda na tentativa desesperada de salvar as aparências, o governo foi mais longe e aceitou pela primeira vez discutir a reformulação da tabela do Imposto de Renda. Algo entre 10% e 12% sobre o limite de isenção. Para compensar a faixa de assalariados que entrariam no grupo dos isentos, a intenção seria a de reduzir os abatimentos para gastos com saúde e educação. Isso na prática deverá ter um impacto simpático junto à faixa dos

Gabrielli faz balanço das atividades do NPECT

Ao final do primeiro ano à frente do NPECT - Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários, o presidente Gerson Gabrielli (PFL/BA), aproveitou para fazer um balanço das atividades do período. O deputado lembrou que nem havia assumido ainda e já estava participando da mobilização pela derrubada dos vetos à MP 66, com o grande ato público realizado em Brasília, na sede da CNC - Confe-

em São Paulo, com o ministro da Casa Civil, José Dirceu, que se comprometeu a ampliar o Simples para as prestadoras de Serviços. O parlamentar também citou a visita à sede da Secretaria da Receita Federal, em Brasília. Mais um trunfo apresentado foi o aumento no número de deputados filiados ao Núcleo. Atualmente, são mais de 100, o que equivale a aproximadamente um quinto dos congressistas da Câmara.

O deputado baiano comentou ainda que, ultimamente, se fala muito em inclusão no Brasil, mas que a verdadeira inclusão precisa nascer a partir do setor produtivo, “que é o que gera empregos”. “Nos últimos 20 anos, foram tantos pacotes e planos que só fizeram excluir e inibir os empresários. Está na hora de mudar isso”, completa. Quanto ao futuro, Gabrielli entende que o NPECT deve permanecer em atividade

permanente. Uma das estratégias traçadas envolve visitas a todos os Estados, juntamente com o presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, com a realização de reuniões envolvendo os empresários para troca de impressões e sugestões e a divulgação das atividades do Núcleo.



Gerson Gabrielli: “Nos últimos 20 anos, foram tantos pacotes e planos que só fizeram excluir e inibir os empresários”

deração Nacional do Comércio e nas dependências do próprio Congresso, ainda no mês de março deste ano.

Gabrielli lembrou que, neste período, já teve contato, em companhia do presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, durante o IV Encontro de Líderes Latino-Americanos, em julho,

beneficiados e diminuir a margem de manobra dos assalariados de classe média no trato com o 'leão'.

Voltando à questão da equação entre as forças de uma sociedade democrática, mobilizações como a do ato público rea-

lizado na sede do CFC, em novembro, e gestões junto aos parlamentares das mais diversas agremiações são as maneiras mais eficazes de se mostrar a insatisfação da sociedade civil com a condução dos destinos da nação e sinalizar que o tempo

das decisões de gabinete precisa abrir espaço para uma participação mais ampla de todos os interessados. "É preciso mudar a relação entre o poder público e o poder civil", lembrou o deputado Gérson Gabrielli.

Presenças

Fotos: L. Martinez



O presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, e parlamentares integram a mesa do evento



Carlos Castro, presidente do Sescon/SP



O consultor Antoninho Marmo Trevisan, à esq., com o deputado Gerson Gabrielli (PFL/BA)



Deputados federais, Carlos Mota (PL - MG)...



...Feu Rosa (PP - ES)...



...Ivan Ranzolin (PP - SC)...



...Roberto Pessoa (PL - CE)...



...e Alex Canziani (PTB - PR)



O vice-presidente do CFC, Irineu de Mula

Mastermaq

Malha fiscal

Reforma Tributária é criticada por especialistas durante Simpósio da IOB, em São Paulo

Diante da complexa legislação tributária brasileira, diversas autoridades da comunidade jurídica e contábil se reuniram no 12º Simpósio IOB de Direito Tributário, realizado nos dias 12 e 13 de novembro, em São Paulo. Temas como a Reforma Tributária, Substituição Tributária, Imposto de Renda, ICMS e ISS foram analisados por especialistas que permearam as explicações técnicas acerca da infinidade de impostos, com intensas críticas ao sistema tributário nacional.

A medida provisória da Cofins (MP 135), que acabou com a cumulatividade do tributo e aumentou a alíquota aplicável à base de cálculo de 3% para 7,6%, um aumento de 153,33%, foi lembrada no Simpósio como mais uma medida predatória para as empresas de serviços, já que elas estão no início da cadeia produtiva e não têm como descontar o pagamento do imposto em etapas anteriores.

Para o presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), Paulo de Barros Carvalho, o Governo, ao editar a MP, atropelou o processo da Reforma Tributária e onerou o setor de serviços, sobrecarregando-o com o aumento da

alíquota. “O Governo está meio perdido na discussão da reforma”. Carvalho defendeu ainda a busca de mecanismos de compensação.

O tributarista Ives Gandra da Silva Martins criticou a atual Reforma e a ânsia arrecadatória dos legisladores. Indagado sobre o motivo que leva o Governo a impor um ‘castigo’ tributário às empresas de serviços, que são as maiores pagadoras de impostos do país, Gandra foi enfático: “Na verdade, é pela própria incapacidade de cortar gastos. Hoje, não há um sistema tributário no Brasil. É um sistema que apenas arrecada recursos para cobrir a incompetência dos governos para cortar gastos”. O tributarista afirmou, ainda, que a Reforma que o Brasil precisa, em primeiro lugar, é a administrativa. “Esta não se fala. O que se fala é como obter mais recursos”.



Foto: divulgação

Composição de uma das mesas do evento: esq. p/ a dir., o advogado tributarista, Ives Gandra da Silva Martins; o professor livre-docente de Direito Tributário da USP e membro do IBET, Heleno Taveira Torres; e o advogado e professor da Universidade de Lisboa e da PUC/SP, Alberto Xavier

Porta arrombada

Diante das críticas e pressões, o governo federal parece disposto a dialogar. Recentemente, o líder governista no Senado, Aloízio Mercadante (PT-SP), sinalizou com a possibilidade do governo rever alguns pontos da polêmica medida provisória da Cofins. Segundo ele, alguns segmentos da área que não consomem insumos poderiam ter um tratamento diferenciado, como os da área de serviços.

Outro exemplo recente foi o do ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, que, diante das críticas que sofreu, voltou atrás na tentativa de obrigar os aposentados acima de 90 anos a se recadastrarem junto ao INSS para continuar a receber o benefício. A lei do Imposto Sobre Serviços (ISS), alterada em julho deste ano, pela LC n.º 116, também já recebeu diversas ameaças de questionamento na Justiça por parte de entidades representativas de empresas de serviços e profissões regulamentadas.

Tantas mudanças e recuos aumentam ainda mais a complexidade da legislação brasileira, já contaminada pela burocracia. Durante o Simpósio IOB de Direito Tributário, renomados especialistas tiveram a árdua tarefa de decifrar para uma atenta platéia as obscuras matérias que regem essa complicada malha fiscal. A Fenacon esteve presente no evento com os diretores Institucional, Haroldo Santos Filho, de Assuntos Legislativos e do Trabalho, Sauro Henrique de Almeida, e de Tecnologia e Negócios, Nivaldo Cleto.

16º Prêmio Tributarista IOB 2003

Durante o 12º Simpósio IOB de Direito Tributário, foi entregue o prêmio Tributarista IOB Thomson para o professor livre-docente de Direito Tributário da USP e membro do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários - IBET (SP), Heleno Taveira Torres. Em sua 16ª edição, o prêmio tributarista do ano é entregue a cada dois anos e é considerado pelos pro-



Foto: divulgação

Professor Heleno Taveira Torres, à dir., recebe homenagem do presidente da IOB Thomson, Gilberto Fischel

fissionais da área como a mais importante premiação aos profissionais que se destacam por suas pesquisas e estudos sobre o Direito Tributário.

Perfil Profissiográfico Previdenciário



Foto: divulgação

Por Silvio Helder Lencioni Senne e Ydileuse Aparecida Martins

O Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP é um documento histórico-laboral e individual do trabalhador que presta serviço à empresa, destinado a fornecer informações ao INSS relativas a efetiva exposição a agentes nocivos. Entre outras informações, registra dados administrativos, atividades desenvolvidas, registros ambientais, com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e resultados de mo-

“Num segundo momento, esse documento será exigido para todos os segurados, independentemente do ramo de atividade da empresa e da exposição a agentes nocivos”

onitorização biológica com base no PCMSO, PPRA, PCMAT e PGR.

A utilização do formulário do PPP será obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2004. Alternativamente, até 31 de dezembro de 2003, poderão ser utilizados os antigos formulários (SB - 40, DISES BE 5235, DSS-8030, DIRBEN 8030). A responsabilidade pela elaboração do PPP é da empresa. O formulário do PPP deverá ser assinado pelo representante legal da empresa ou seu preposto, indicando o nome do médico do trabalho e do engenheiro de segurança do trabalho, em conformidade com o dimensionamento do SESMT.

Segundo quadro explicativo constante do Anexo XV, da Instrução Normativa INSS/DC n.º 95/03, é indispensável se declinar os nomes do Coordenador do PCMSO, do Engenheiro de Segurança do Trabalho (se houver), e do responsável pela elaboração do Laudo Ambiental, bem como a assinatura do emitente do PPP (Gerente do RH ou Representante Legal do empregador).

De acordo com o art. 187-A, da acima citada IN INSS/DC n.º 95/03, com as alterações da IN INSS/DC n.º 96/03, a partir de 1º de janeiro de 2004, a empresa ou equiparada à empresa deverá elaborar PPP, conforme o Anexo XV, de forma indi-

vidualizada para seus empregados, trabalhadores avulsos e cooperados, expostos a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, considerados para fins de concessão de aposentadoria especial.

Num segundo momento, ou seja, após a implantação do PPP em meio magnético, pela Previdência Social, esse documento será exigido para todos os segurados, independentemente do ramo de atividade da empresa e da exposição a agentes nocivos.

Por outro lado, para fins de concessão de benefícios por incapacidade, a partir de 1º de janeiro de 2004, a Perícia Médica do INSS poderá solicitar o PPP à empresa, com vistas à fundamentação do reconhecimento técnico do nexo causal e para avaliação de potencial laborativo, objetivando processo de Reabilitação Profissional, independentemente de o empregado ter atividade sujeita a ação de agentes nocivos (§ 2º do art.199 da IN INSS7DC n.º 95/03, na redação dada pela IN INSS/DC n.º 96/03).

O PPP será mantido em meio papel ou em meio magnético. O formulário deve ter duas vias, uma para o empregado e outra para a empresa, sempre contra-recibo. Por enquanto, as informações podem ser armazenadas no meio eletrônico, porém, quando da entrega ao trabalhador, o formulário deve ser na modalidade ‘papel’.

Existindo dúvidas com relação à atividade exercida ou com relação à efetiva exposição a agentes nocivos, de modo habitual e permanente, não ocasional e nem intermitente, a partir das informações contidas no formulário DIRBEN-8030 ou PPP e no LTCAT, quando esses forem exigidos, poderá o INSS solicitar esclarecimentos à empresa,

relativos à atividade exercida pelo segurado, bem como solicitar a apresentação de outros registros existentes na empresa que venham a convalidar as informações prestadas.

Existem quatro situações que determinam a entrega do PPP pela empresa aos trabalhadores, nas situações já comentadas:

- 1) Rescisão contratual (por pedido de demissão; encerramento da empresa; rescisão com justa causa; morte do trabalhador e aposentadoria);
- 2) Requerimento de benefícios por incapacidade (auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, acidentários ou não), desde que solicitado pela Perícia Médica do INSS;
- 3) Requerimento de aposentadoria especial;
- 4) Requerimento de aposentadoria comum, mas com a utilização de tempos especiais.

O PPP deve ser mantido atualizado magneticamente ou por meio físico com a seguinte periodicidade:

- Anualmente, na mesma época em que se apresentar os resultados da análise global do desenvolvimento do PPRA, do PGR, do PCMAT e do PCMSO;
- Nos casos de alteração de ‘layout’ da empresa, com alterações de exposições de agentes nocivos, mesmo que o código da GFIP/SEFIP não se altere.

A não manutenção do PPP atualizado ou o não fornecimento do mesmo ao empregado, por ocasião do encerramento do contrato de trabalho, ensejará aplicação de multa de R\$ 991,03 à R\$ 99.102,12 (alíneas “h” e “o”, incisos I e II do art. 283 do Regulamento da Previdência Social - Decreto 3.048/99 na redação do Decreto n.º 4.862, de 21.10.03, DOU de 22.10.03 e Portaria 727/2003).

Silvio Helder Lencioni Senne e Ydileuse Aparecida Martins são advogados especializados em Direito do Trabalho e Previdência Social e Coordenadores da Consultoria IOB Thomson - Área Trabalhista e Previdenciária - www.iob.com.br

Muito além dos impostos

Por Ruy Altenfelder

Numerosas nações, dentre elas as desenvolvidas, debatem-se para conciliar o atendimento simultâneo a duas prioridades antagônicas: a solução dos desequilíbrios das contas (externas e/ou internas) e a promoção de crescimento econômico mais substancial. Neste cenário, a disputa pelo fluxo de capital no fluido mercado globalizado torna-se mais acirrada, suscitando interessante jogo cambial entre as principais economias. É inegável que o crescente descompasso do setor público dos Estados Unidos - que saltam de um superávit equivalente a 0,87% do PIB, no final de 2000, para iminente déficit de 4% em 2003 - está diretamente associado a essa nova situação.

É necessário ficar alerta, em especial em países emergentes como o Brasil, que, além de igualmente enfrentarem o

“O sistema de tributos tem de fortalecer e fazer aflorar o Brasil que trabalha, produz, exporta, cria empregos; não o Brasil que faz ‘papagaios’ com títulos públicos e impostos escorchantes para rolar suas dívidas”

mesmo dilema ‘fluxo de caixa/crescimento econômico’, ainda têm forte dependência da poupança externa para a realização de investimentos produtivos. O próprio Estado brasileiro, desde a grave crise fiscal dos anos 80, encarregou-se de debilitar a poupança interna e passou a recorrer cada vez mais,

via impostos e títulos públicos, ao dinheiro da iniciativa privada para socorrer os déficits internos e o balanço de pagamentos. Esta fragilidade deixa o País muito exposto em conjunturas como a que se delinea no fluxo internacional de capitais.

A nova situação internacional, cuja percepção nem sempre parece tão clara, precisa ser considerada na reforma tributária, que ganha ampliado contexto e importância estratégica na presente conjuntura mundial. Por quê? Esta é a pergunta que o Governo Federal e Parlamento já deviam ter feito e começado a responder com estudos técnicos aprofundados, capazes de embasar o projeto final. É preciso foco, a começar pelas razões concretas de a Nação necessitar de uma reforma tributária.

O bom senso e a conjuntura econômica nacional e internacional indicam com clareza os motivos: desonerar a produção e oferecer mais competitividade e condições de crescimento ao parque empresarial, pois o sistema de tributos deve ser o motor e não o freio da economia; reduzir (muito) a dependência dos investimentos produtivos da poupança externa e do dinheiro comprometido com a rolagem da dívida pública e, portanto, contaminado por juros elevadíssimos; diminuir a fragilidade do País ao fluxo do capital especulativo, criando forte blindagem, com grande crescimento das exportações e atração crescente de investimentos produtivos; gerar receita



Marcelo Ventura

tributária suficiente para o custeio e investimentos do Estado, evitando a retomada do déficit orçamentário.

Em síntese, a reforma tributária é a oportunidade histórica de mudar os parâmetros e critérios com que o mundo analisa as possibilidades e tendências da economia brasileira. Como nação, temos muito mais potencial, produção, recursos naturais, tecnologia, inteligência e capacidade do que transparece no índice do risco-país. Este número, frio, muitas vezes subjetivo e baseado em variáveis complexas, tem nos colocado no purgatório (e comemoramos muito quando isto acontece, como agora...) ou no inferno, apenas com base na possibilidade aleatória de nos tornarmos inadimplentes.

O sistema de tributos tem de fortalecer e fazer aflorar o Brasil que trabalha, produz, exporta, cria empregos; não o Brasil que faz ‘papagaios’ com títulos públicos e impostos escorchantes para rolar suas dívidas. Não podemos canalizar ao setor público praticamente todo o dinheiro disponível para investimentos. Não devemos estimular a guerra fiscal, ou seja, são necessárias normas equânimes nacionalmente. Precisamos de respon-

sabilidade e critério fiscal, o que se alcança com a extinção dos ralos do dinheiro público, por intermédio da reforma da Previdência e com essencial lição de casa ainda não realizada: um grande orçamento da União, estados e municípios, com precisa distribuição de atribuições, evitando-se a superposição de programas e melhorando a produtividade do setor público. Este exercício de gestão possibilitaria ampliar as ações do Estado nas áreas sociais prioritárias, bem como os investimentos em infra-estrutura e fomento ainda sob sua responsabilidade, com muito menos dinheiro do que se gasta hoje.

O projeto de reforma tributária aprovado na Câmara dos Deputados é a antítese de tudo isso. Seu trâmite no Senado, ameaçado pelas pressões em torno da manutenção da guerra fiscal, não apresentou avanços no texto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Com otimismo, pode-se esperar a aprovação este ano, com validade para 2004, de itens menos importantes (a matéria, é preciso lembrar, deverá voltar à Câmara e precisa ser aprovada, por maioria absoluta e em dois turnos, nas duas casas do Congresso). Há até mesmo o risco de se transferir para uma revisão tributária em 2007, a apreciação dos ‘pontos po-

**“Precisamos de
responsabilidade e critério
fiscal, o que se alcança
com a extinção dos ralos
do dinheiro público”**

lêmicos’ - leia-se: os que, de fato, representam mudanças estruturais.

Por enquanto, a emenda constitucional em trâmite aumenta a carga de tributos (alíquota do ICMS saltando de 18% para 22%; Cofins maior sobre importação de bens; Cide ampliada para repasse aos Estados; IPVA mais oneroso; progressividade do ITBI; e majoração do imposto sobre heranças e doações). Além disso, estimula a guerra fiscal, em particular com o estabelecimento da cobrança do ICMS no destino e não na origem, insensatez inédita no mundo em termos de tributos relativos ao valor agregado. Não bastasse tudo isso, o governo ainda vai onerar a pequena e média empresa com aumento de 157% da Cofins para as prestadoras de serviços, conforme medida provisória editada no início de novembro. Esta ‘canetada’ beneficia apenas as empresas exportadoras e pode provocar numerosas demissões de trabalhadores.

Em 1776, Adam Smith observava “não existir arte que um governo aprenda de outro com maior rapidez do que a de extrair dinheiro do bolso da população”. É inconcebível que, 227 anos depois, o Brasil contemporâneo, mantendo carga tributária equivalente a 37% do PIB, índice sem paralelo em



Marcelo Ventura

países com renda per capita similar, continue patinando num dilema filosófico do iluminismo europeu. Afinal, a reforma tributária passa a transcender a importante meta de reordenamento da arrecadação de impostos e tributos, tornando-se, também, um suporte estratégico ao crescimento, competitividade e fortalecimento da economia brasileira para enfrentar a turbulência crescente do mercado internacional.

Ruy Altenfelder é advogado e presidente do Instituto Roberto Simonsen (Fiesp). Foi secretário da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado de São Paulo (2001/2002)

Copan



O preposto na Justiça do Trabalho

Por Liris Silvia Zoega Tognoli do Amaral

Conforme o disposto no artigo 843, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho- CLT, é facultado ao empregador fazer-se representar em audiência por gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos alegados pelo reclamante.

A primeira divergência que surge em relação ao preposto é se ele deve ser empregado da empresa acionada. Em razão deste fato não constar expressamente na CLT, seja proibindo ou autorizando a representação do empregador por pessoa desprovida de vínculo empregatício, doutrina e jurisprudência divergem sobre o assunto.

Como não há legislação expressa que discipline a figura do preposto e para evitar riscos desnecessários à empresa em um processo trabalhista, é recomendável que o preposto seja sócio, diretor ou empregado, considerando-se que este é o posicionamento atual da Justiça do Trabalho, embasado na orientação jurisprudencial n.º 99 do Tribunal Superior do Trabalho, a saber:

“Preposto. Exigência da condição de empregado. Exceto quanto à reclamação de empregado doméstico, o preposto deve ser necessariamente empregado do reclamado. Inteligência do art. 843, §1º, da CLT”.

Preposto empregado

A empresa deve escolher com bastante cautela o empregado que irá atuar como

“Para evitar riscos desnecessários à empresa, é recomendável que o preposto seja sócio, diretor ou empregado”

preposto, pois perante o juiz que estiver conduzindo a audiência a figura do preposto confunde-se com o próprio empregador.

É importante lembrar que todas as suas declarações obrigam a empresa-reclamada. Por este motivo, mostra-se imprescindível que ele esteja absolutamente preparado para prestar depoimento, tendo pleno conhecimento do processo e dos pedidos formulados pelo empregado na reclamação trabalhista.

O preposto, ainda, deve ser a pessoa responsável pela escolha das testemunhas mais indicadas, dando a elas a necessária orientação quanto ao dia e a hora que deverão prestar o testemunho e esclarecê-las quanto ao procedimento em audiência.

Preposto advogado

Outra questão bastante controversa com relação a este assunto é se o advogado-empregado da empresa pode atuar ao mesmo tempo como defensor e preposto em audiência. Há um Provimento da Ordem dos Advogados do Brasil proibindo expressamente tal cumulação de funções, sob pena de aplicação de sanções disciplinares aos advogados que assim procederem.

Mesmo considerando que tal provimento não tenha força legal para vincular as decisões provenientes da Justiça do Trabalho, é recomendável que advogado e preposto sejam pessoas distintas.

Assim é prudente que a empresa constitua um advogado para a elaboração da sua defesa e escolha, dentre um dos seus empregados, pessoa de confiança e com conhecimento dos fatos narrados no processo para representá-la em audiência, evitando,

assim, incidentes desagradáveis e uma decisão desfavorável.

Jurisprudências

A 1ª Turma, em relação à inteligência contida no § 1º do art. 843 da CLT, assentou entendimento no sentido de que: “a norma legal autoriza a substituição do representante legal da empresa por qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos, cujas declarações obrigarão o preponente, ex vi do § 1º do art. 843 da CLT.

Com efeito, da dicção do citado dispositivo legal não infiro a exigência da condição de empregado para ser preposto. Assim, a reclamada pode se fazer representar por outra pessoa que não seja empregado ou representante legal, desde que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o preponente.

Com efeito, entendo perfeitamente válida a representação da reclamada na pessoa do Sr. Jair Piai, que trouxe aos autos instrumento de procuração pública, na qual seus legítimos proprietários lhe outorgaram amplos poderes, inclusive para liquidar quaisquer questões trabalhistas (fls. 71-72)”.

Preposto não empregado

O parágrafo 1º do art. 843 da CLT prevê que o empregador pode-se fazer substituir pelo gerente ou qualquer outro preposto. Prevalece, hoje, na jurisprudência dominante, o entendimento de que só pode ser preposto na Justiça do Trabalho quem na empresa for empregado, ressalvadas as hipóteses de empregador doméstico, que poderá ter como preposto qualquer pessoa da família (Precedente n. 99, SDI/TST)(TRT 3ª Região - RO -15426/99, 4ª Turma, Rel. Juiz Mauricio J. Godinho Delgado, DJMG 01-04-2000).

Liris Silvia Zoega Tognoli do Amaral é consultora FISCOsoft On Line, advogada, pós-graduada em Direito do Trabalho e Previdência Social liris@fiscosoft.com.br www.fiscosoft.com.br



Marcelo Ventura

Conselho de Representantes da Fenacon faz última assembleia do ano, em Brasília

Os presidentes dos sindicatos filiados à Fenacon, que compõem o Conselho de Representantes da Federação, fizeram a última assembleia do ano, no dia 19 de novembro, em Brasília-DF. 'Apreciação e remanejamento orçamentário de 2003', 'Apreciação e votação da proposta orçamentária para 2004 e respectivo parecer do Conselho Fiscal', e 'Fixação das eleições para a nova diretoria da entidade para o dia 21 de maio de 2004' foram alguns dos assuntos discutidos e deliberados.

À tarde, os conselheiros e diretores da Fenacon participaram do ato público 'A reforma tributária que o Brasil precisa', no auditório do CFC (ver matéria na página 06). No dia 20, os trabalhos começaram com reuniões entre os vice-presidentes da Fenacon e os respectivos presidentes dos sindicatos de cada região.

Em seguida, presidentes de sindicatos filiados apresentaram seminários sobre 'Experiências de Sucesso'. Vilson Wegener (Sescon/SC) e Carlos Roberto Victorino (Sescon/Blumenau) mostraram, em conjunto, os 'cases' - 'Projeto de Educação Continuada e Campanha de Divulgação e Valorização da Classe'. Em seguida, Walter Teófilo Cruz (Sescon/Grande Florianópolis) apresentou a fita com os melhores

momentos da 10ª Conescap e entregou toda a prestação de contas do evento para ser analisada pela Fenacon.

Também apresentaram experiências de sucesso, os presidentes dos Sescons de São Paulo, Carlos Castro; de Minas Gerais, João Batista de Almeida; e do Espírito Santo, Luiz Carlos Amorim. À tarde, palestra motivacio-

nal 'Alcance seu sucesso sem vender a alma' foi proferida pelo arquiteto e articulista da Revista Fenacon em Serviços, Paulo Angelim. Por fim, o gerente de E-Learning da empresa IOB Thomson, Moisés Zylbersztajn, e o diretor de Marketing e Educação Profissional, Juan Manuel Romero, falaram sobre 'Cursos à distância - E-Learning'.

Galeria de imagens

Fotos: L. Martinez



O palestrante Paulo Angelim, com o presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto



O presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, entre, esq. p/ a dir., o diretor de Assuntos Legislativos e do Trabalho da Federação, Sauro Henrique de Almeida, o diretor de Marketing e Educação Profissional da IOB Thomson, Juan Manuel Romero, o gerente de E-Learning da empresa, Moisés Zylbersztajn, e o diretor Institucional da Fenacon, Haroldo Santos Filho



A partir da esq., Carlos Roberto Victorino, Vilson Wegener e Carlos Castro apresentam seminários sobre 'Experiências de Sucesso'

DP Comp

Sescons de São Paulo e Espírito Santo elegem novas diretorias

O atual vice-presidente da Fenacon para a Região Sudeste e da Aescon (Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo), Antônio Marangon, foi eleito, no dia 23 de outubro (2º turno), presidente do Sescon/SP, para a gestão 2004/2006. O 1º turno foi no dia 08 de outubro. No dia 23 de outubro, também ocorreram eleições, em turno único, para a Aescon/SP. Marangon substitui Carlos José de Lima Castro. A cerimônia de posse será no dia 16 de janeiro, no Clube Monte Líbano, na capital paulista.

Outro sindicato que teve, neste final de ano, mudança em sua diretoria foi o do Espírito Santo. A eleição no Sescon/ES ocorreu no dia 27 de novembro. Foi apresentada chapa única para a renovação da diretoria, conselho fiscal e suplentes. O presidente eleito é Rider Rodrigues Pontes. Ele substitui o atual presidente, Luiz Carlos de Amorim.

Sistema CFC

Dois dos maiores conselhos representativos de profissões regulamentadas também passaram por processos eleitorais em todo o Brasil. Nos dias 6 e 7 de novembro, foram realizadas, na sede do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em Brasília - DF, as eleições do Sistema CFC/CRC 2003, para renovação da composição do plenário da entidade.

Os representantes de cada Conselho Regional de Contabilidade (CRC) entregaram ao presidente do Colégio Eleitoral - presidente do CFC, Alcedino Gomes Barbosa - o pedido de registro de uma única chapa. Presidentes e delegados-representantes dos 26 estados e do Distrito Federal, em sessão extraordinária, elegeram, por unanimidade, os novos membros.

As eleições do Sistema CFC/CRCs renovaram 1/3 da composição do plenário do CFC: cinco conselheiros efetivos e cinco

conselheiros suplentes, para o mandato que se inicia em 1º de janeiro de 2004, encerrando-se em 31 de dezembro de 2007. Também foram eleitos dois contabilistas para assumirem o mandato complementar, que se prolonga até o dia 21 de dezembro de 2005. A posse ocorrerá em janeiro, na primeira sessão plenária do CFC de 2004.

CRCs

No último dia 13 de novembro, também foram realizadas eleições em cada um dos 27 CRCs, com renovação de 1/3 de suas cadeiras para suplentes efetivos e conselheiros suplentes. Neste ano, con-

Sescon/São Paulo

Diretoria efetiva

- **Presidente:**
Antônio Marangon
- **Vice-presidente:**
José Maria Chapina Alcazar
- **Vice-presidente Administrativo:**
Sérgio Approbato Machado Jr.
- **Vice-presidente Financeiro:**
Valdemar Lopes Armesto
- **Diretor Administrativo:**
Fábio Oliveira Filho
- **Diretor Financeiro:**
Márcio Martins Villas
- **Diretor Social:**
Humberto Sérgio Batella

Diretoria suplente

- Adalmo Coutinho
- João Aleixo Pereira



Antônio Marangon

Foto: arquivo Fenacon

- Júlio Augusto dos Reis
- Nelson de Jesus Ferreira
- Odair Domiciano da Silva
- Ricardo Roberto Monello
- Sérgio Nohara Teruya

Conselho fiscal efetivo

- Iracélio Perez
- João Gondim Sobrinho
- Tikara Tanaami

Conselho fiscal suplente

- Antonio Palhares
- Irineu Thomé
- Valdemir Atílio Arnesi

Delegação federativa efetiva

- Antônio Marangon
- Carlos José de Lima Castro

Delegação federativa suplente

- Aparecida Terezinha Falcão
- Annibal de Freitas

Aescon/São Paulo

Diretoria efetiva

- **Presidente:** Antônio Marangon
- **Vice-presidente:**
José Maria Chapina Alcazar
- **Vice-presidente Administrativo:**
Reinaldo Franco
- **Vice-presidente Financeiro:**
João Edison Deméo
- **Diretor Administrativo:**
Edeno Teodoro Tostes
- **Diretora Financeira:**
Célia Regina de Castro
- **Diretor Social:** Valdemir Arnesi

Diretoria suplente

- Alaíde Pereira da Silva Vitorino
- Gabriel de Carvalho Jacintho
- José de Faria Granja
- José Maria Ribeiro
- Nilton de Araújo Faria
- Osias Chasin
- Salvador Strazzeri

Conselho fiscal efetivo

- Antonio Jonas
- Arthur Verna
- Darcílio da Silva Mendes

Conselho fiscal suplente

- Durval Alves
- Hatiro Shimomoto
- Manoel de Oliveira Maia

correram 382 contabilistas e a novidade ficou por conta da destinação de, no mínimo, 20% das vagas, tanto para homens como para mulheres. Os mandatos serão de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2007.

OAB

Novembro ainda foi o mês de eleições nos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, conforme determina o Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei 8906/94), com os pleitos sendo realizados a partir do dia 15. As eleições renovaram as diretorias das 27 Seccionais da OAB, em todo o País.

Novos conselheiros do CFC

Membros efetivos

- Contador Hugo Rocha Braga - RJ
- Contador João de Oliveira e Silva - PA
- Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim - AL
- Técnico em Contabilidade José Odilon Fasutino - MG
- Técnico em Contabilidade Mauro Manoel Nóbrega - SP

Suplentes

- Contador Juarez Domingues Carneiro - SC
- Contadora Sílvia Maria Leite Cavalcante - MT
- Contadora Verônica Cunha de Souto Maior - PE
- Técnico em Contabilidade Luiz Auto Fanini - MG
- Técnico em Contabilidade José Lopes Castelo Branco - PI

Mandato complementar

- Contadora Jucileide Ferreira Leitão - RN
- Contador André Faria Lebarbenchon - MS

Sescon/Espírito Santo

Diretoria efetiva

- **Presidente:**
Rider Rodrigues Pontes
- **Vice-presidente Administrativo:** Luiz Carlos de Amorim
- **Vice-presidente Financeiro:** Jacintho Soella Ferrighetto
- **Diretora Secretária:** Dolores F. M. Zamperlini
- **Diretor Tesoureiro:** Evaldo Bortolini
- **Diretora Técnica Científica:** Carla Cristina Tasso
- **Diretora de Pesq. e Informações:** Luzimar de Souza Pagotto
- **Diretora de Ação Social:** Leonor P. R. Zamprognio
- **Diretor Cultural Recreativo:** Walter Alves Noronha
- **Diretor de Ética Profissional:** Antonio Juliano da Silva
- **Diretor de Relações Intersindicais:** Marcelo Tadeu Ciuffi Munhão



Rider Rodrigues Pontes

Foto: arquivo Sescon/ES

Diretoria suplente

- José Jocimar Pinheiro
- Benedito dos Santos Silva
- Maria da Conceição

- Rodrigues Rossi
- Antonio Nacif Nicolau
 - Sebastião Coelho do Prado
 - Claudio Monteiro Rodrigues
 - Walter Batista Casotti
 - José Maria Hupp
 - Paula Koehler
 - Glorinha Maria Reisen de Oliveira
 - Tânia Regina Gobbete Marques

Conselho fiscal efetivo

- Moacyr Edson de Angelo
- Cláudio V. Siqueira Jr.
- José Borges de Oliveira Filho

Conselho fiscal suplente

- José Nilo Carneiro
- Edson Queiroz Nascimento
- Ramon Loozer

Presidentes eleitos nas seccionais da OAB

Acre

- Adherbal Maximiano Caetano Corrêa

Alagoas

- Marcos Bernardes de Melo

Amapá

- Washington dos Santos Caldas

Amazonas

- Alberto Simonetti Cabral Filho

Bahia

- Dinailton de Oliveira

Ceará

- Hélio das Chagas Leitão Neto

Distrito Federal

- Estefânia Viveiros

Espírito Santo

- Agesandro da Costa Pereira

Goiás

- Miguel Ângelo Cançado

Maranhão

- José Caldas Góis

Mato Grosso

- Francisco Anis Faiad

Mato Grosso do Sul

- Geraldo Escobar Pinheiro

Minas Gerais

- Raimundo Cândido Júnior

Pará

- Ophir Cavalcante Júnior

Paraíba

- Arlindo Carolino Delgado

Paraná

- Manoel Antonio de Oliveira Franco

Pernambuco

- Júlio Alcino de Oliveira Neto

Piauí

- Álvaro Fernando da Rocha Mota

Rio de Janeiro

- Octávio Augusto Brandão Gomes

Rio Grande do Norte

- Joanielson de Paula Rêgo

Rio Grande do Sul

- Valmir Martins Batista

Rondônia

- Oreste Muniz Filho

Roraima

- Antonio Oneildo Ferreira

Santa Catarina

- Adriano Zanotto

Sergipe

- Henry Clay Santos Andrade

São Paulo

- Luiz Flávio Borges D'Urso

Tocantins

- Luciano Ayres

HC Donin

Contratos de risco

A prática de terceirizar alguns serviços pode ser saudável para as finanças da empresa, mas é preciso ter cuidado na hora de formalizar os contratos

Por Fernando Oliven

Nas últimas décadas, a economia mundial se transformou de tal modo que afetou diretamente países em desenvolvimento como o Brasil. As aberturas comerciais, o plano de estabilização econômica e as privatizações fizeram surgir novas categorias de mercados que modificaram sensivelmente as relações de trabalho.

Nos anos 80, o governo brasileiro iniciou um programa de privatizações, que só se consolidou nos anos 90 com o lançamento do Plano Nacional de Desestatização. As companhias privatizadas passaram, então, a contratar empresas de serviços terceirizadas para realizar atividades acessórias, visando diminuir seus custos de produção e aumentar a competitividade, com

empresas já estabelecidas no mercado.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reduziu-se substancialmente o número de trabalhadores na indústria de transformação e, em contrapartida, aumentou o número de trabalhadores nos setores de prestação de serviços e do comércio.

A expansão de empresas prestadoras de serviços que, muitas vezes, são criadas por ex-trabalhadores da indústria que, de alguma maneira, se especializaram em determinada tarefa ou execução de novas tecnologias, é crescente. As grandes empresas enxergaram na contratação dessa mão-de-obra terceirizada uma importante vantagem, pois a medida reduz os custos de contribuições sobre a folha de pagamento.

Mas há certos cuidados que devem ser tomados para evitar futuros problemas trabalhistas e previdenciários decorrentes de uma má verificação da situação fiscal da empresa prestadora ou do contrato de prestação.



Marcelo Ventura

Foto: divulgação



João Carlos Orzzi Lucas, gerente de auditoria interna da RGE-RS: “Terceirizar não é crime, ao contrário, terceirizar pode ser parte de uma estratégia. O que você precisa é fazer isso com cuidado”

“Essa é a hora de se ter o apoio de um consultor, de um auditor que possa orientar já no momento em que as coisas estão acontecendo”, alerta o economista e diretor de Comunicação e Relações Externas do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Audibra), Oswaldo Basile.

Segundo ele, o risco de a empresa contratante vir a ter algum tipo de problema é elevado. “É uma preocupação grande do próprio Audibra dar o apoio e alertar para os riscos que isso traz. A gente tem visto que o empresário não dá muito valor, não olha com muito cuidado esse risco”.

Para o diretor operacional da empresa Marpe Auditores Associados, Euvaldo Holanda Nogueira, este sempre foi um ramo importante na auditoria. “Os trabalhos de auditoria independente em conexão com as relações de terceirização têm relevante importância no sentido de conhecer e informar se as obrigações decorrentes das avenças entre as partes estão sendo cumpridas tempestivamente e em valores compatíveis, de forma profissional e transparente para ambas as partes”, avalia.

Acidentes de trabalho

A segurança no trabalho é um ponto que chama a atenção. A falta de estrutura, de treinamento e de equipamentos básicos para se realizar uma tarefa, por exemplo, pode ocasionar sérios acidentes. Outro

problema bastante comum é com as relações de trabalho. Segundo Oswaldo Basile, não são poucos os casos de decisões da Justiça favoráveis aos trabalhadores e o vínculo empregatício definido para o tomador de serviços. “O que configura o vínculo? A dependência, a subordinação hierárquica. Aí então a empresa é obrigada a, desde o momento em que ele (funcionário) começou a trabalhar, ressarcir e equiparar todos os ganhos que ele deveria ter”, observa.

“Mas eu diria que isso ainda é um risco que está meio dormente, quer dizer, ele é forte e também funciona como um efeito dominó. Se uma determinada categoria apoiada pelo sindicato entende, descobre e entra por um caminho como esse, pode vir a se transformar num grande passivo trabalhista para as organizações; não tenha dúvida”, alerta Basile.

Ainda segundo Basile, é preciso muito cuidado na hora de redigir um contrato, o qual deve ter um respaldo jurídico. “É preciso que o contrato estabeleça de maneira muito clara o que está sendo contratado, ou seja, o produto do serviço e não a mão-de-obra e a pessoa A, B ou C. Isso é fundamental”, diz Basile.

“É importante tomar cuidado e não ter dentro de sua empresa como contratado sempre o mesmo funcionário. Ou seja, ter uma rotatividade entre os funcionários dessa empresa prestadora de serviços é também uma boa prática. Muitos empresários acabam não gostando muito disso, porque, na medida em que o funcionário se desenvolve, ele vai se tornando um especialista naquela prestação de serviço; mas fazer este tipo de rodízio também é uma boa idéia”.

Tributos

Para o gerente de auditoria interna da Rio Grande Energia (RGE-RS), João Carlos Orzzi Lucas, esse é um mercado promissor para as empresas de auditoria. Segundo ele, as empresas terceirizadas, muitas vezes, não recolhem os impostos ou não cumprem regras básicas e os auditores podem servir para mudar esse comportamento.

Um exemplo é a exigência de apresentação de guias de tributos, comprovantes de que os funcionários sejam registrados e que todos receberem os equipamentos adequados para prestar determinado serviço. “A empresa paga sem cobrar do prestador de serviço que recolha aquilo que é legal. Eu, como tomador de serviços, sou co-responsável”, alerta.

Segundo Euvaldo Nogueira, os problemas que venham a ser causados ao tomador de serviços dependem das formas e termos de contratação entre as partes e cita um exemplo: “Situações de descumprimento de cláusula contratual, no que diz respeito à administração de fundos, que devam ser

mantidos em conta específica, movimentada somente com a finalidade prevista em contrato, onde possa haver, eventualmente, antecipação ou adiantamento de recursos. A constatação da inexistência de abrigo bancário específico para estes fundos ou a eventual utilização em operação não especificamente prevista, constitui problema.”

Verificar com cautela um contrato, portanto, torna-se vital para apontar prováveis regimentos no documento, que podem dar margem a interpretações dúbias, gerando problemas e indo contra a intenção da empresa, desde o começo da implantação da terceirização, que é a de concentrar o foco em sua atividade fim, reduzir os seus gastos e ter, ao mesmo tempo, mão-de-obra especializada e constantemente treinada.

“A boa prática dos negócios sempre recomendou atenção na escolha dos parceiros, o que inclui desde a prospecção sobre sua atuação progressa (experiências com terceiros) até sua capacidade financeira para assumir e honrar compromissos e responsabilidades. Idoneidade, moral e competência podem resumir os atributos necessários e recomendáveis em todas situações de relacionamento humano e o comercial não escapa dessa exigência”, enfatiza Nogueira.


“Terceirizar não é crime, ao contrário, terceirizar pode ser parte de uma estratégia. O que você precisa é fazer isso com cuidado”, alerta João Carlos Orzzi Lucas. 



Foto: divulgação

Oswaldo Basile, economista e diretor de Comunicação e Relações Externas do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Audibra): “É preciso que o contrato estabeleça de maneira muito clara o que está sendo contratado, ou seja, o produto do serviço e não a mão-de-obra e a pessoa A, B ou C”



Foto: arquivo pessoal

Euvaldo Holanda Nogueira, diretor operacional da empresa Marpe Auditores Associados: “A boa prática dos negócios sempre recomendou atenção na escolha dos parceiros, o que inclui desde a prospecção sobre sua atuação progressa até sua capacidade financeira”

Novos tempos para a auditoria

Evento realizado em São Paulo avaliou as principais mudanças no mercado de auditoria interna no Brasil e no mundo

Por Fernando Oliven

A discussão em torno das leis nacionais e internacionais que impuseram novas regras ao mercado de auditoria centralizou as atenções durante o 26º Conbrai - Congresso Brasileiro de Auditoria Interna, realizado entre os dias 19 e 21 de novembro, na capital paulista. O evento foi promovido pela Audibra - Instituto dos Auditores Internos do Brasil.

Tendo como tema 'Auditoria Interna: Novo Posicionamento no Contexto Mundial', cerca de 40 palestrantes apresentaram as principais mudanças e tendências do mercado. Foram abordados assuntos relativos às significativas alterações nas leis e no comportamento das corporações, evidenciando a importância do profissional que atua na auditoria e sua responsabilidade diante de um mercado sensível a mudanças.

Em uma das grades apresentadas durante o evento, especialistas discutiram os principais desafios impostos pela lei Sarbanes-Oxley (SOX), que afeta diretamente os mercados de capitais norte-americanos e mundiais. No Brasil, as empresas com registro na SEC (Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos), com suas ações cotadas na Bolsa norte-americana, cerca de 30 delas, e suas subsidiárias, terão que se adaptar às novas regras.

A lei foi criada com o intuito de recuperar a credibilidade do mercado acionário depois de uma série de eventos que prejudicaram a imagem de grandes corporações como os casos Enron e Worldcom. Avaliação de riscos, captação de denúncias de fraudes, criação de comitês de auditoria e transparência das



Foto: divulgação

Audidores internos de todo o país acompanham as novidades do setor durante o 26º Conbrai, em São Paulo

informações aos acionistas são algumas das medidas regulamentadas.

Mais rigor

Para Ney dos Santos, consultor da Xerox do Brasil, empresa da área de tecnologia em processamento de documentos, o grande mérito da lei são as conseqüências negativas para quem fornecer informações falsas. A SOX também aumenta as multas, que podem chegar a US\$ 5 milhões e as penalidades, como prisão de 20 anos no caso de informações erradas (antes eram 10 anos).

“Aumentou a nossa responsabilidade”, avalia o gerente de auditoria interna da RGE-RS - concessionária distribuidora de energia elétrica da região norte-nordeste do Rio Grande do Sul, João Carlos Orzzi Lucas. Mas, enfatizou: “esta é a oportunidade pela qual a gente sempre brigou, que é a de ser ouvido”, disse e alertou: “enganam-se aqueles que pensam que isso é um problema para as empresas privadas. Não é, este aí é um problema para qualquer organização, pública ou privada”.

Em virtude do impacto da lei SOX, medidas também foram adotadas pelo governo brasileiro para controlar o mercado corporativo. A Resolução 3081/03, do Banco Central, traz uma série de mudanças na regulamentação da prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, como a criação de comitês de auditoria e a Instrução 308 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que determina, em seu artigo 31, o rodízio de empresas de auditoria após cinco anos de prestação de serviços em uma empresa.

Para o presidente do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - Audibra, Luiz Carlos Araújo, o rodízio de auditorias é positivo para o mercado e pode melhorar a qualidade do profissional. “Eu vejo o processo de rodízio como algo extremamente salutar. Por maior que seja a capacitação da empresa de auditoria ou dos profissionais envolvidos, sempre existe uma certa acomodação em relação ao cliente”, afirmou.

A administradora de empresas e gerente da Divisão Business Assurance, da empresa Tech Supply, Carmem Ozores Fernandes, ressalta que o rodízio

é importante, mas ainda é uma questão bastante polêmica. “Por outro lado existe a discussão no sentido de que essas auditorias já tenham a experiência daquele negócio. Um outro chega e não tem”, avaliou.

Dinheiro público

Outros temas importantes foram apresentados durante o 26º Conbrai. A auditora geral da prefeitura do Rio de Janeiro, Márcia Andréa Peres, em sua palestra ‘Planejamento de Auditoria no Setor Público baseado em Riscos’, relatou as principais funções e responsabilidades do serviço de auditoria em setores públicos.

Márcia citou o desafio de dar respostas rápidas e eficazes, a concentração na liquidação de despesas e a importância do empenho de todas as secretarias de um governo. Ela lembrou que o auditor do setor público deve ter em mente que seu cliente é a sociedade. “O cidadão espera o melhor de seu trabalho”.

O gerente de auditoria interna da Serasa S/A, Valter Tiba, analisou os aspectos de tecnologia da informação e apresentou

e deixar de avaliar o lado humano é uma ação equivocada, segundo Tiba. “Temos que trabalhar com pessoas. A importância da auditoria e a responsabilidade cresceram muito e a alta direção espera muito dos serviços de auditoria” completou.

Carmem Ozores também chamou

a atenção para que as empresas tenham controles internos preventivos, evitando qualquer tipo de fraude. Segundo os especialistas em auditoria, grande parte das fraudes ocorre no ambiente interno da empresa, praticada por funcionários que, muitas vezes, mantêm um controle rígido de determinada tarefa ou possuem acesso a senhas e informações privilegiadas.

“Dentro do escopo de meu trabalho a gente fala mais em monitoramento, análise de informações, procurar indícios de fraudes. Mas, não se restringe a isso. Eu acredito muito num trabalho voltado, não só para essa questão fria de análise de dados, mas também para manter uma motivação interna na empresa. É muito mais difícil ocorrer a fraude numa empresa em que


as pessoas estão satisfeitas”, enfatizou Carmem.

Em tempo

As ações preventivas, segundo os especialistas, foram deixadas de lado por muito tempo, o que propiciou a ocorrência

de grandes fraudes. Para o presidente da Audibra, Luiz Carlos Araújo, o empresário apenas pensa no auditor quando o problema já aconteceu. “Ele não pensa no auditor em termos de ação preventiva”, disse. Segundo Araújo, é difícil as pessoas enxergarem o quanto se está agregando valor à empresa, prevenindo problemas.

“Eu estou vendo potenciais de riscos e prevenindo problemas, ou seja, eu vou deixar de ter prejuízo lá na frente. Só que as pessoas não enxergam esse ‘deixar de ter prejuízo’ como um ganho efetivo. O que acontece é que as pessoas normalmente vão pensar na auditoria quando o prejuízo já aconteceu. Você vai corrigir daquele momento para frente. Daí, não vai haver ganhos efetivos porque já houve a perda”, alertou.

Também foram abordados, durante o 26º Conbrai, temas como ‘Monitoração Contínua’, ‘Gestão Ambiental’, ‘Sistemas de Automação da Função Auditoria’, ‘Compromisso Social’, ‘Comitê de Auditoria’, entre outros. Luiz Carlos avaliou de forma positiva o evento, principalmente na qualidade técnica dos assuntos abordados. “O Congresso Brasileiro de Auditoria é uma grande vitrine em termos das tendências e da identificação das necessidades dos nossos auditores”, disse. Cerca de 230 pessoas estiveram presentes no Congresso, entre conferencistas, palestrantes e convidados. 



Fotos: divulgação

Márcia Andréa Peres, auditora geral da prefeitura do Rio de Janeiro: “O cidadão espera o melhor de seu trabalho”



Luiz Carlos Araújo, presidente da Audibra: “As pessoas normalmente vão pensar na auditoria quando o prejuízo já aconteceu”

alternativas no combate às fraudes, como o compartilhamento de informações entre auditores e um banco de informações para o apoio da auditoria. “Para prevenir fraudes, é importante não ficar fechado na auditoria. É preciso ter sistemas de controle interno de informação”, salientou. Investir milhões em tecnologia

Projeto de modernização será mantido pelo novo presidente da Jucesp

Outras medidas foram anunciadas durante a cerimônia de posse, no dia 7 de novembro, na sede do órgão

Melhoria e conforto no atendimento ao público e continuidade do processo de implantação da Junta Digital. Essas são as principais metas de Marcelo Manhães de Almeida, novo presidente da Junta Comercial de São Paulo (Jucesp). Ele substituiu o advogado Armando Luiz Rovai, que assumiu recentemente a presidência do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (Ipem).

Em uma cerimônia concorrida, Manhães destacou os principais projetos da antiga gestão, que serão mantidos em seu mandato.

“O enfoque será dar continuidade ao processo de moralização e transparência que foi implementado pelo Dr. Armando Rovai. Esse trabalho tem como foco dar ao usuário a facilidade, agilidade de registro e de informações que são cadastradas aqui na Junta Comercial”, disse.

A partir de 2004, os documentos trazidos para registro no órgão serão digitalizados e disponíveis via Internet. Segundo Manhães, as novas empresas a serem constituídas já terão seus documentos digitalizados assim que estes forem registrados. “O usuário também terá a certificação digital desse documento. Ele consegue tirar de sua própria empresa aquele documento que está em imagem aqui na Junta Comercial”, afirmou e completou: “As sociedades que já existem, o acervo, ele vai ser digitalizado na medida da demanda; então alguém traz uma alteração de contrato, nós pegamos o acervo dessa empresa e começamos a digitalizar”.

Outra medida anunciada e que vem sendo reivindicada pelos usuários do órgão, é a reforma das instalações no saguão de atendimento na sede da Jucesp, localizada na Barra Funda, bairro central, na capital

Paulista. “O layout dele é ultrapassado, não atende bem o usuário. Temos consciência disso. A disposição das cadeiras, a ventilação é precária. Nós queremos fazer um layout novo, com melhor atendimento ao público, em especial ao idoso e ao deficiente físico”, prometeu Manhães.

Contra o tempo

Com o prazo estabelecido até 11 de janeiro de 2004 para que as empresas se adaptem ao Novo Código Civil, muitas sociedades ainda não promoveram alterações nos seus contratos. Segundo dados da Junta Comercial de São Paulo, dos dois milhões de empresas ativas do Estado, apenas cerca de 400 mil realizaram alguma adaptação.

“Nem todas as empresas estão conscientes dessa necessidade de alterar seu contrato social em face do Novo Código e algumas não sabem qual a consequência que isso pode provocar”, alerta Manhães. Segundo ele, ao deixar de promover as alterações, as sociedades podem ser consideradas irregulares, isto é, perder a condição de limitada. Os sócios também poderão responder com seus bens pessoais caso ocorra alguma cobrança judicial.

O presidente da Junta revelou, ainda, que, devido à tendência de aumento no número de pedidos de alterações neste final de ano, não vai ser possível cumprir com o prazo de entrega dos documentos. “Cada assessor técnico, em média, examinava



Foto: Sérgio de Paula

Mesa da posse, esq. p/ dir.: Guilherme Afif Domingos; Vera Lúcia La Pastina, procuradora do Estado e chefe da Procuradoria da Jucesp; Armando Luiz Rovai; José Jesus Cazetta Júnior, secretário-adjunto da Justiça; Marcelo Manhães de Almeida; José de Oliveira Costa, vice-presidente da Jucesp e Gilberto Kassab, deputado Federal (PFL/SP)

120 documentos/dia. Hoje, ele já examina 250. Nestas duas últimas semanas já duplicou. Uma sociedade dava entrada aqui e três dias úteis depois ela estava registrada. Isso não vai ser possível, porque o número de funcionários nosso continua o mesmo, o trabalho vem duplicando, quiçá triplicando até dezembro”, previu Manhães. Hoje, em



Marcelo Manhães de Almeida, pres. da Jucesp



Esq. p/ a dir., Armando Luiz Rovai; Nivaldo Cleto; Victor Abuassi, ex-vice-presidente da Jucesp e Marcelo Manhães de Almeida

média, as empresas têm os seus contratos registrados em 5 dias úteis.

Na cerimônia, também tomou posse o novo vice-presidente e corregedor da Junta Comercial, José de Oliveira Costa. Estiveram presentes no evento o secretário-adjunto da Justiça, José Jesus Cazetta Júnior; os presidentes da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, do SIMPI, Joseph Couri e da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Hubert Alquéres; o diretor de Tecnologia e Negócios da Fenacon e ex-presidente da Jucesp, Nivaldo Cleto, e representantes do CRC-SP, Fiesp, Secovi, Fecomércio e OAB-SP.



Nivaldo Cleto, à dir., ao lado de Haroldo Piccina, presidente do Conselho de Serviços da Federação do Comércio, e Joseph Couri, ao centro

Junta de SP lança pesquisa sobre empresas, via Internet

Em parceria com a Junta Comercial do Estado de São Paulo, a Imprensa Oficial do Estado oferece mais um produto na área de e-commerce: a Junta Digital. O serviço, via Internet, contém os dados atualizados dos últimos 11 anos com informações da Junta Comercial, como abertura e falência das empresas, processos e capital social. Já há cerca de 14 mil clientes cadastrados para utilizar o serviço.



“Nossa proposta é oferecer novos serviços a empresas, advogados e pessoas físicas, disponibilizando o poderoso banco de dados da Junta Comercial sobre 1,5 milhão de empresas”, explica o presidente da Imprensa Oficial do Estado, Hubert Alquéres.

O serviço também é oferecido para clientes corporativos, como a Serasa e a Equifax, com venda integral do banco de dados e atualização permanente de todas as movimentações registradas na Junta Comercial de São Paulo.

A contratação dos serviços da Junta Digital é feita diretamente pelo site www.imprensaoficial.com.br/juntadigital, com pagamento por boleto ou cartão de crédito. O cliente também pode comprar cotas de pesquisas (sistema ideal para pequenas empresas) no esquema de pré-pagamento, no caso de consultas constantes ao banco de dados. Nesses casos, há descontos progressivos de acordo com a quantidade de cotas.

Sebrae oferece ‘Simulador de alternativas de crédito’ online

Micro e pequenos empresários de todo o país podem ter acesso a um serviço que identifica, rapidamente, linhas de crédito disponíveis em instituições financeiras como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, entre outras. Desenvolvido sob a supervisão da Unidade de Apoio a Financiamento e Capitalização do Sebrae, o ‘Simulador de alternativas de crédito’ está disponível no site www.sebrae.com.br.

O simulador traz informações sobre linhas de crédito para pessoas físicas e jurídicas. No caso das pessoas físicas, a ferramenta remete às linhas de crédito disponíveis para abertura de empresas, franquias, entre outras demandas. Para micro e pequenas empresas, disponibiliza linhas de crédito destinadas a investimento, capital de giro, investimento agrícola, além de fundos constitucionais como FNE - Verde, que integra o Programa de Financiamento e Controle do Meio Ambiente.

Uma das principais vantagens do ‘Simulador de alternativas de crédito’ do Sebrae é que ele remete o usuário diretamente às áreas específicas de cada uma das linhas de crédito disponíveis nos bancos. “Além de encurtar o caminho entre micro e pequenos empresários e as instituições financeiras, as informações do simulador são atualizadas constantemente pelos bancos” diz a consultora da Unidade de Apoio a Financiamento e Capitalização do Sebrae, Sandra Mattos.



Agência Sebrae de Notícias (ASN)

Dominio



Foto: Alex Salim

Janela para o sucesso

O diretor de Tecnologia e Negócios da Fenacon, Nivaldo Cleto, mais uma vez esteve na COMDEX Las Vegas 2003, uma das maiores feiras de tecnologia do mundo, ocorrida de 16 a 20 de novembro, trazendo as principais novidades do mundo da informática

Por Nivaldo Cleto

“A COMDEX é a janela para o sucesso do seu negócio, abre portas e é indispensável”. Foi com essa frase que Mr. Bill Gates, o chairman da Microsoft Co., pai do congresso que, desde 1983, é promovido em Las Vegas e também em diversos locais do Mundo, fez a abertura do evento. Em um rápido passeio pela história da informática, ele lembrou que, nos primeiros anos da feira, a tecnologia, moderna para aquela época, fazia com que por diversas vezes os slides e retroprojetores aparecessem de ponta cabeça.

Gates destacou que softwares foram sendo ‘construídos’ com grandes problemas: ship, web, etc..., mas enfatizou: “se você não fizer nada de errado, o certo não aparece”. O sonho da Cia. era o sucesso dos softwares, aos quais as pessoas pudessem ter acesso para se comunicar, criar boas idéias, trabalhar, crescer e gerenciar. Ao longo da década, muitas pessoas começaram a usar os PCs para tudo: música, trabalho, jogos, brincados e pesquisas ... Os softwares tinham que rodar. O problema é que os hardwares não eram suficientes para fazer os softwares funcionarem. Assim,

mais barato. Hoje, todos falam a mesma língua e ao mesmo tempo.

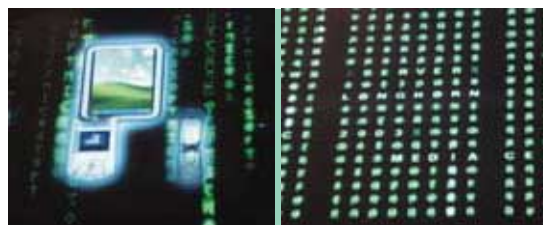
Brincando com a onda virtual que tomou o cinema, a Microsoft produziu um filme, fazendo uma analogia da série Matrix, onde o Bill Gates era o Morpheus e o Steve Ballmer, CEO (Chief Executive Officer) da Microsoft Corp., era o NEO.

Mercado disputado

O NEO teve uma reunião com os agentes da Matrix (o mau) que representavam as empresas IBM e Linux. Diziam

luta no estilo Kung Fu (foi o máximo, igual a da série Matrix). A moral da história: numa era onde a vontade pelo acesso à tecnologia da informação estiver sendo reprimida unicamente por um software livre, esta será libertada para o mundo real por Morpheus - Bill Gates.

Gates também falou sobre uma proliferação de dispositivos - relógios, computadores de bolso, telefones celulares e Tablets PCS - que requerem melhores softwares para a integração mútua. A exposição teve um ar de pai orgulhoso dos sistemas Microsoft, na qual não foram apresentadas novidades, mas, sim, a necessidade de incrementar e integrar os sistemas já existentes, com uma presença maciça no mercado mundial.



Filme Matrix inspira apresentação da Microsoft

que estavam de olho nele por algum tempo. Abriram o laptop que, logo em seguida, apresentou um erro de núcleo do Linux. Dessa forma, os agentes da IBM/Linux deram uma opção

para Steve: tomar uma pílula azul gigante com os emblemas IBM/Linux ou uma pílula vermelha normal com o emblema Microsoft.

ONEO (Steve) escolheu a vermelha. O telefone

tocou e ele foi puxado pelo Morpheus (Bill Gates), que queria provar que o mundo real era o mundo da Microsoft. Após a conversa, Bill e Steve travaram uma

luta no estilo Kung Fu (foi o máximo, igual a da série Matrix). A moral da história: numa era onde a vontade pelo acesso à tecnologia da informação estiver sendo reprimida unicamente por um software livre, esta será libertada para o mundo real por Morpheus - Bill Gates.

Mercado em crise

No segundo dia de COMDEX, fui ao Centro de Convenções - Las Vegas Convention Center - localizado junto ao Hilton Hotel, com uma expectativa de conhecer as grandes novidades do mercado da Tecnologia da Infor-



‘Morpheus Gates’: o todo poderoso da Microsoft fala sobre a popularização da informática ao longo das últimas décadas e brinca de Matrix, durante a palestra

para ele, os softwares levaram à ‘invenção’ dos hardwares.

Outro avanço: o acesso à Internet, com o passar de duas décadas, ficou



Mercado retraído: número de participantes da COMDEX 2003 cai para um terço em relação à edição de 2002

mação para 2004. Este é praticamente o terceiro ano seguido que eu participo desse Show de Tec-

nologia, com exceção de 2001, que suspendi a minha viagem face ao terrorismo no WTC.

Quando cheguei ao local, percebi que a quantidade de participantes e de expositores diminuiu sensivelmente em relação aos últimos anos. A organização do evento informou que havia apenas 55 mil inscritos, contra os 150 mil de 2002. Grandes fabricantes como a Toshiba, Sony, Palm, Samsung, LG, HP, dentre outros, não estão mais presentes na Feira, passando a missão de mostrar os seus produtos para os seus representantes e desenvolvedores dos sistemas.

A Acer, Samsung e a HP, por exemplo, estão localizadas no Pavilhão da Microsoft. Na minha opinião, isso é o resultado da crise econômica que o mundo está atravessando. Pude comprovar visitando as principais lojas de departamentos e lojas de eletrônicos como CompUSA e a Fry's. Nelas, havia uma quantidade bem menor de produtos destinados à venda, bem como poucos clientes comprando.

Wireless

Há uma grande presença dos fabricantes e desenvolvedores de sistemas dos países asiáticos, como Korea e China. O sistema de comunicação sem fio, integrando o telefone celular, a agenda eletrônica e o acesso à Internet são as vedetes desse Computer Show, como a feira é chamada pelos americanos.



Telefones híbridos da Samsung: mil e uma utilidades

Nas fotos acima, mostramos o telefone híbrido da Samsung, que integra os serviços web, celular e PDA (Port-

able Document Assistant). Esse serviço já é disponibilizado no Brasil pela 'Vivo', 'BCP', 'Oi' e outras empresas.



Participantes da COMDEX utilizam CyberCenters para comunicação via Internet

Mais uma vez, os organizadores disponibilizaram o acesso dos congressistas à web, com os CyberCenters



Novidade tecnológica: telefone permitirá comunicação gratuita com qualquer lugar do planeta

instalados em ilhas no pavilhão de exposições. No mundo empresarial é uma necessidade consultar os emails pelo menos três vezes ao dia, no mínimo.

Uma das maiores sensações da Feira foi o lançamento de um telefone que nos permite conversar com pessoas em qualquer lugar do planeta, desde que ela tenha o mesmo aparelho. Gratuitamente. É isso mesmo, grátis!! Funciona muito

bem, já que eu testei por diversas vezes ligando para minha residência e minha empresa. Em breve farei uma matéria

especial para a Revista Fenacon em Serviços sobre as vantagens desse revolucionário telefone que, com

certeza, irá encurtar ainda mais a distância nesse planeta integrado e globalizado.

Segurança

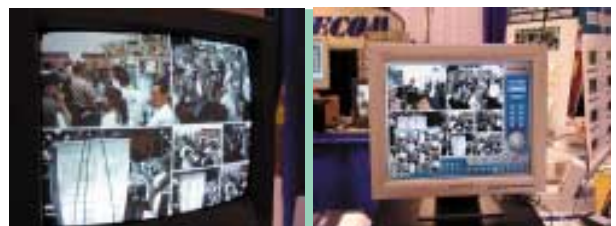
Observe também que os sistemas utilizados para se-

gurança estão cada vez mais avançados e os preços mais acessíveis à população em geral. Alguns softwares são capazes

de monitorar diversas localidades de uma residência ou de uma empresa através de um único monitor, tendo diversas microcâmeras instaladas. Os acessos podem ser feitos de fora do local, via Internet.

Outra novidade na área de segurança, é o aparelho produzido pela Ritech International Ltd. Ligado na porta USB do

computador, permite que apenas o dono acesse o sistema através da sua impressão digital.



Softwares monitoram ambientes, com acesso a imagens via Internet

Na próxima edição da Revista Fenacon continuarei mostrando as últimas novidades da tecnologia da informação que, em breve, estarão disponíveis para nós, brasileiros.

Nivaldo Cleto é diretor de Tecnologia e Negócios da Fenacon
nclcto@mandic.com.br

Contador: desafios à parte, uma profissão de futuro

Por Udélcio Demczuk

Para viver em sociedade o homem precisa respeitar regras, cumprir acordos e conhecer os limites da liberdade do próximo. Você pode até não ter percebido ainda, mas se parar para pensar um pouco logo verá que o ato contábil é uma das tantas necessidades básicas para se viver em harmonia. Imagine o que seria das empresas, dos profissionais liberais e dos governos, nas esferas municipal, estadual e federal, se não contassem com o trabalho que é feito pelo contador.

Esta, que é uma das profissões mais antigas da humanidade, torna-se cada vez mais fundamental para o sucesso nas transações comerciais. Do correto manuseio dos números e balancetes contábeis dependem, em muitos casos, os investimentos que o setor público faz em áreas prioritárias como, por exemplo, saúde,

“Hoje, o profissional é co-responsável por praticamente todos os atos praticados pela empresa”

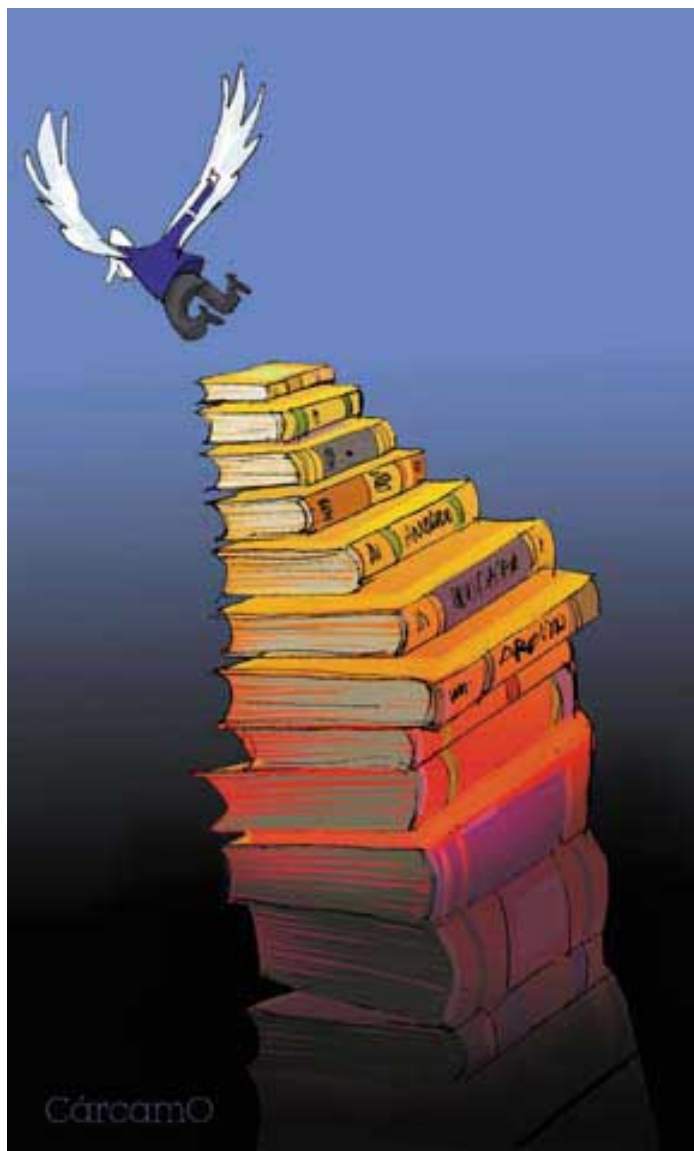
educação e segurança pública. O recolhimento do ICMS, da Cofins, do PIS, do FGTS e de tantos outros impostos passam pelas mãos dos contadores.

Percebe-se aqui um dos grandes desafios do novo contador: o de estar lado a lado com o empresariado e a sociedade na busca por uma reforma tributária justa que diminua os impostos e faça com que a economia retome o crescimento, fato este que é desejado por 10 em cada 10 brasileiros. Campanha, neste sentido, está sendo desenvolvida pelo Sescon/SC - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de Santa Catarina.

Outro ponto importante a ser lembrado é a seriedade e o compromisso com a ética que norteiam a atuação do profissional de contabilidade. As mudanças na legislação, em razão da entrada em vigor do Novo Código Civil brasileiro, transformaram a função do contador. Hoje, o profissional é co-responsável por praticamente todos os atos praticados pela empresa. Tanta responsabilidade faz dele uma peça chave no dia-a-dia empresarial.

Mas não foi só na legislação que ocorreram mudanças. A tecnologia trouxe progressos extraordinários para diversas áreas, entre elas a de contabilidade, agilizando processos e reduzindo custos. A eletrônica invadiu empresas e departamentos, proporcionando mais rapidez nas iniciativas.

Cito ainda o Selo Catarinense da Qualidade, apoiado pelos Sescons, sindicatos da categoria e Fecontesc - Federação dos Contabilistas de Santa Catarina. Direcionado a empresas de contabilidade, tornou-se estratégico e totalmente eficaz na padronização e na sistematização da rotina, colaborando para



que os profissionais da área possam ampliar e melhorar o atendimento prestado ao cliente.

É por estas e tantas outras razões que podemos afirmar que a contabilidade foi, é e sempre será uma profissão de futuro. Capaz de desafiar o tempo, as mudanças e os ambientes de uma economia flutuante, oferece todas as chances de realização, seja no âmbito pessoal ou no profissional.

Udélcio Demczuk é diretor do Grupo META e vice-presidente do Sescon/SC

Parceria entre Fenacon e editora Atlas amplia acesso a informações técnicas

Com o propósito de ampliar o leque de serviços oferecidos à base empresarial representada e ao público leitor dos seus veículos de informação, a Fenacon celebrará acordo de cooperação mútua com a Editora Atlas, umas das principais empresas da área editorial do País.

A intenção é que, a partir da Revista Fenacon em Serviços e dos veículos eletrônicos da entidade (press clipping e Portal), a editora venha a oferecer facilidades para aquisição de seus títulos, bem como viabilizar a presença de seus autores e escritores em eventos sob patrocínio e promoção da Fenacon.

As negociações estão em fase de conclusão. Em novembro, houve reunião preparatória para o acordo, na sede da editora, em São Paulo, com a participação dos diretores da Fenacon,

Nivaldo Cleto (Tecnologia e Negócios) e Haroldo Santos Filho (Institucional), do gerente de Marketing da Atlas, Epson de Carvalho, e do diretor Comercial da empresa, Enoch Bruder.

A editora

Fundada em 1943 por Frederico Hermann Júnior e presidida atualmente por seu filho Luiz Hermann, a Atlas foi criada com o intuito de publicar livros voltados para o ensino universitário e para a formação profissional. Hoje, é uma das principais editoras de obras técnicas do País.

Privilegiando o autor nacional e publicando o que há de melhor na literatura estrangeira, atua em diversas áreas, tais como: Administração, Comércio Exterior, Co-



Diretores da Fenacon visitam a sede da Editora Atlas, em São Paulo: esq. p/ a dir., o gerente de Marketing da Atlas, Epson de Carvalho; o diretor Comercial da empresa, Enoch Bruder, e os diretores da Fenacon, Nivaldo Cleto (Tecnologia e Negócios) e Haroldo Santos Filho (Institucional)



Nivaldo Cleto, ao lado de Luiz Hermann, presidente da Atlas e filho do fundador da editora, Frederico Hermann

municação, Contabilidade, Direito, Economia, Educação, Estatística, Finanças, Humanidades, Marketing, Matemática, Metodologia Científica, Psicologia, Qualidade, Recursos Humanos, Segurança no Trabalho, Tecnologia da Informação e Turismo.

Em mais de meio século de atividades e contando com o apoio de 200 profissionais espalhados pelo Brasil (Brasília, Recife, Belo Horizonte, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Bahia e São Paulo), a Editora Atlas já publicou cerca de 3.000 títulos. O catálogo unificado só para o ano de 2003 tem mais de 1.000 títulos.

Institucional2

Todos os lares

Por Paulo Fernando Torres Veras



Foto: arquivo pessoal

Os seres vivos precisam de abrigo, proteção, defesa... Mesmo os animais irracionais, para assegurar a preservação da sua espécie, procuram, instintivamente, um lugar adequado e bem seguro para a sobrevivência dos seus filhotes. Nós, humanos, sobre a pele natural do nosso corpo, usamos a roupa, que é a primeira ‘casa’ de cada um de nós, individualmente.

Já a casa em que moramos seria a ‘roupa’ da nossa família. Assim sendo, uma família sem teto poderia ser comparada a uma pessoa obrigada a viver nua. Sua existência seria muito precária e desumana.

As funções da casa são muitas. Além do abrigo, proteção e defesa, a casa acolhe, aproxima. É como se apertasse entre suas paredes os laços de união das pessoas que ali convivem. Esse conviver ou ‘viver com’ é a base da nossa dimensão social. Na organização social fundamentam-se a civilização e a evolução do ser humano na sua passagem pela terra.

O nosso corpo exige cuidados vitais como: alimentação, higiene pessoal, repouso, agasalho, dentre outros. Assim também nosso ‘corpo social’, ou seja, a família precisa de um espaço só seu, para preservar sua intimidade, para proteger os bens materiais indispensáveis à sua sobrevivência; um espaço que assegure, acima de tudo, sua

“Além do abrigo,
proteção e defesa,
a casa acolhe, aproxima”

dignidade de seres humanos e garanta seu direito a um ‘pedaço’ deste reino que estão ajudando a construir.

Uma casa precisa de cuidados: limpeza, manutenção, reforma e reparos. Além dos

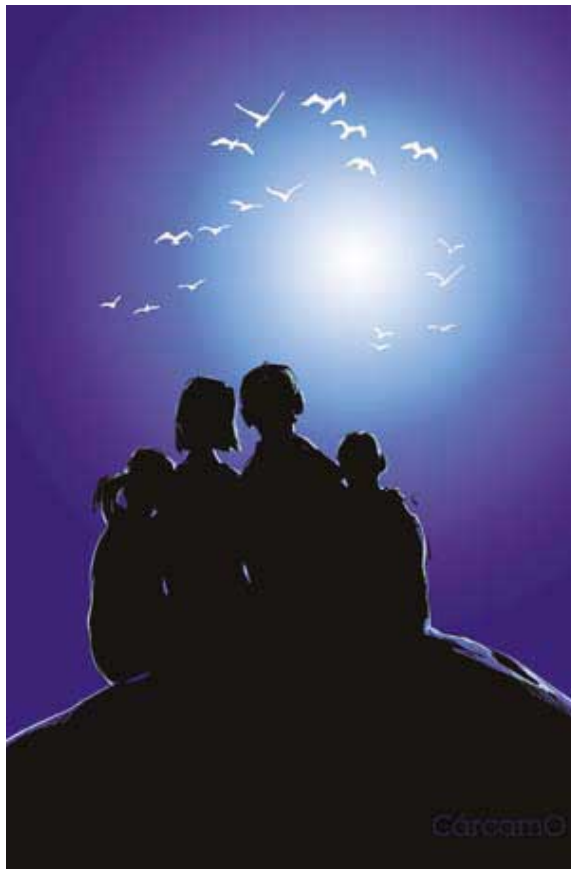
móveis e utensílios, indispensáveis à funcionalidade, a nossa casa reclama estética num toque de graça; alguns enfeites, pequenos mimos; detalhes que simbolizem o nosso carinho, que façam daquele ambiente um LAR! O nosso próprio lar, identificado com a personalidade dos que ali vivem.

A importância da casa está imortalizada nas palavras do Divino Mestre. No Seu evangelho há aquela bela passagem: “Então um escriba aproximou-se dele e disse: Mestre, aonde quer que fores, eu te seguirei. Respondeu-lhe Jesus: As raposas têm covis, e as aves do céu têm ninhos, mas o Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça”.

Vê-se ali que Jesus, cuja missão o obrigou a abandonar Sua casa, quando saiu pelo mundo pregando a Boa Nova, sentia falta de um lar aqui na terra, desse indispensável conforto humano. Indispensável até para bichos brutos, quanto mais para o Filho de Deus feito homem.

Que bom e agradável seria se cada uma das nossas casas desse abrigo a este mesmo Jesus Cristo! O que você acha que precisaria ser feito na sua casa para acolher tão Divino Visitante? Que exigências o Bom Mestre haveria de nos fazer para hospedar-se conosco?

E os nossos corações - morada do Espírito Santo de Deus - como estão acolhendo esse Hóspede, que é a própria Vida?! É tempo de refletir.



Paulo Fernando Torres Veras
é administrador de empresas e
consultor de Qualidade da Fenacon
pauloftveras@hotmail.com

Institucional



Justiça isenta contabilistas da Cofins

O Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RJ) obteve vitória na Justiça, em primeira instância, que deverá beneficiar todas as empresas de contabilidade e auditoria que funcionam no Estado. Sentença da Justiça Federal publicada na quarta-feira [26/11] no Diário Oficial da União desobrigou todos os escritórios representados pelo CRC-RJ e pelo Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis (Sescon/RJ) de efetuar o recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Hoje, este tributo representa 3% do faturamento mensal das empresas e, a partir de fevereiro de 2004, irá passar para 7,6%, de acordo com a medida provisória do Governo federal editada em 30 de outubro.

O CRC-RJ impetrou, em julho, mandado de segurança coletivo em parceria com o Sescon/RJ na Justiça Federal, seção

Rio de Janeiro, patrocinado pelo advogado e conselheiro do CRC-RJ Walter Carlos da Conceição. Em setembro, a Justiça Federal havia concedido liminar desobrigando as empresas representadas por essas instituições da obrigatoriedade da contribuição. Agora, a isenção foi confirmada no julgamento do mérito.

As sociedades de profissão legalmente habilitadas, quando da instituição da Cofins, pela Lei Complementar n.º 70, de 30/12/91, gozavam de isenção, conforme art. 6º, inciso II, da citada Lei. Para aumentar a arrecadação, em 1996, o Governo federal editou a Lei Ordinária n.º 9.430, revogando a isenção e obrigando todas as empresas de contabilidade e auditoria ao pagamento da referida contribuição social, no percentual de 3% sobre o faturamento mensal.

O CRC-RJ e o Sescon/RJ impetraram mandado de segurança, em julho deste ano, na Justiça Federal, com objetivo de assegurar às empresas representadas por eles o benefício da isenção, sem o risco de uma autuação por parte da Receita Federal. As instituições se basearam no argumento de que uma lei de menor hierarquia não pode modificar as relações jurídicas criadas por lei superior - o que configura quebra do princípio constitucional e legal da "hierarquia das leis" - e também no posicionamento do Supremo Tribunal de Justiça que, corroborando com esse entendimento, editou a Súmula 276, confirmando a isenção da Cofins para as sociedades de prestação de serviços.

Jornal do Commercio
28 de novembro de 2003
Rio de Janeiro - RJ

Coad

Simple e essencial



Por Paulo Angelim

Fui a Brasília - DF ministrar uma palestra para a Fenacon sobre meu novo livro “Desenvolvimento Profissional”. No caminho para o aeroporto, já deixando a cidade, paramos em um farol, ao lado de uma Topic. Quando voltei meu rosto em direção à mesma, fui completamente absorvido por um olhar fulminante de uma criança. Ela estava sentada à janela e mantinha seus olhos fixos em mim.

Sinceramente, há muito tempo não via um olhar tão fixo e ao mesmo tempo

“Olhando para trás, tenho algo do que me arrependo: frequentemente, quando amei, não o disse”. David Grayson

estagiária de minha consultoria e que hoje trabalha para a ONU, era quem estava me levando ao aeroporto. Tornamo-nos grandes amigos.

O fato é que, sem virar meu rosto, ainda absorvido pelo olhar da criança, chamei a atenção da Liv para o que estava acontecendo. Como toda jovem mulher de 25 anos, noiva, cheia de planos e sonhos, ela se encantou de imediato com o olhar sereno e fixo da criança. Mas o melhor ainda estava por vir.

Numa reação autêntica, enquanto eu olhava fixo a criança, soltei um sorriso para ela. Ela imediatamente sorriu para mim. Digo-lhes com sinceridade: estou arrepiado enquanto escrevo estas linhas, somente lembrando o sorriso que ela me devolveu e a sensação de serenidade e amor correspondido que senti naquele momento. Uma sensação forte o suficiente a ponto de me paralisar.

Fiz um sinal de positivo para ela, que me devolveu com um aceno de mão e um sorriso ainda mais largo. Olhei para o motorista e o mesmo sorriu para mim. Olhei para as outras crianças e tentei identificar, de alguma forma, uma escola, uma creche, uma instituição social. Não deu para saber. Percebi apenas

que eram humildes, por causa da roupa que trajavam.

Confesso-lhes que naquele instante não desejaria outra coisa senão pular daquele carro e dar um longo e afetuoso abraço naquele ser que, não sei porque razão, Deus colocou ao meu lado para me passar uma mensagem de tanta paz e significado, sem sequer soltar uma só palavra.

É provável que jamais veja novamente aquele rostinho, jamais me encontre novamente com aquela criança. Trago lágrimas aos olhos em pensar isso. Ah, como eu queria dizer para ela que aquele seu simples gesto trouxe tanto significado para meu final de tarde, longe da minha família, de minha esposa e filhos! Como eu queria dizer que ela era especial, que ela tinha uma missão neste mundo; que ela, independentemente de sua classe social, de sua origem, poderia fazer uma grande diferença!

O fato é que passou! É possível que jamais consiga dizer isso diretamente para ela. E fico agora pensando quantas pessoas verdadeiramente importantes estão ao nosso lado todo o dia, que nos completam e dão significado à nossa existência e simplesmente ignoramos a necessidade de lhes dizer o que sentimos. Não hesite: gente faz toda a diferença.

É gente que verdadeiramente emociona gente. É gente que faz nossa existência ter um sentido mais nobre. Por isso, ainda hoje, agora mesmo, diga o que sente a quem você ama. Diga agora! Pois quando você menos esperar, poderá restar somente um vazio e uma declaração engasgada, presa, sem encontrar um destinatário. Desesperadamente, ame! Mas não esqueça de dizer isso!



Foto: Contexto Fotornalismo

sereno como o daquela criança. Ela devia ter uns 4 anos, no máximo. Não conseguia tirar o olho dela. Para sorte minha, o tempo do farol era longo. Pude assim experimentar umas das experiências mais gratificantes que tive nos últimos dias. Liv Geller, primeira

Paulo Angelim é arquiteto, pós-graduado em marketing, palestrante especializado nas áreas de marketing, vendas e motivação pauloangelim@uol.com.br



Haroldo Santos Filho

Illegal ou extralegal?

Quem nunca teve a curiosidade de saber como vive aquele desconhecido cidadão, morador daquela simpática casinha no alto de um morro? Em que trabalha? Quanto ganha por mês? Não seria de se estranhar se aquele cidadão nunca tivesse assinado carteira de trabalho, nem tivesse a escritura de sua casa própria, nunca tivesse aberto contas em banco e, o que pode causar inveja à sofrida classe média, nunca tivesse recolhido 1 centavo sequer de tributos diretos.

Nos registros públicos, simplesmente, o sujeito não existe. Para a Prefeitura local, aquela construção é ilegal. Para o Estado e União são também ilegais as receitas auferidas por aquele cidadão em seu comércio informal. Não obstante a tão fortes indícios de ilegalidade, não consigo abandonar a tese de que em muitos casos como este, na verdade, trata-se tão somente da extralegalidade, fenômeno cada dia mais comum e que acontece sempre que os governos fracassam em fazer coincidir a lei e o modo de vida e trabalho das pessoas.

Para o economista Hernando de Soto, presidente do Instituto da Liberdade e Democracia (ILD) e ex-consultor da Organização Mundial do Comércio (OMC), um dos principais motivos para que o capitalismo não evolua em países em desenvolvimento é o excesso de burocracia, que estaria aumentando a musculatura de uma economia informal, gigantesca, mas com baixa capacidade de geração de capital. Sem um sistema de propriedade legal, não é criada uma rede efetiva de ativos para a criação de mais capital, contribuindo, com isso, para um capitalismo capenga.

Muito antes do apelo por empregos, como mote de campanha do Presidente Lula, já se sabia da importância da criação de novos postos de trabalho para o desenvolvimento econômico e social de um povo. Apesar disso, por

mais que seja patente aos governantes que as pequenas e médias empresas sejam as que mais empregam neste país, pouco se faz no sentido de facilitar a vida dos novos empreendedores. Em alguns casos, uma autorização para funcionamento de uma empresa pode durar meses, configurando-se num evidente convite à informalidade. Sou capaz de afirmar que se poderia medir o grau de desenvolvimento de uma nação como sendo um fator inversamente proporcional ao tempo despendido na legalização de suas empresas.



Marcelo Ventura

“Um dos principais motivos para que o capitalismo não evolua em países em desenvolvimento é o excesso de burocracia”

Com as escrituras públicas não é diferente. Quantas propriedades ‘ilegais’ poderiam ser legalmente registradas pelo poder público, gerando, a partir daí, novos negócios, recolhimentos de impostos e, acima de tudo, o aquecimento da economia formal? Até os car-

tórios ganhariam com isso, já que, a partir do registro inicial de um imóvel, gratuito que fosse, se beneficiariam a cada nova transação imobiliária.

Infelizmente, políticas públicas habitacionais que propiciem dignidade ao cidadão de mais baixa renda e facilidade nas legalizações de suas propriedades e negócios não são usuais. Usuais mesmo têm sido as práticas de voracidade arrecadatória, com incrementos tributários constantes, como se a capacidade contributiva das pessoas físicas ou jurídicas deste imenso país fosse interminável.

As atividades extralegais brotarão sempre que o sistema legal impuser regras que frustrem a expectativa daqueles que estiver excluindo. Em outras palavras, a alta carga tributária, a rigorosa legislação trabalhista e a danosa burocracia estatal continuarão formando, diariamente, ‘criminosos’ cujos objetivos não passam de desejos simples de cidadania, tais como a construção de uma casa, o fornecimento de serviços ou a criação de um negócio. É hora de considerarmos a força que possuem esses nossos ‘vizinhos’, antes que, marginal, passe a ser a legalidade, na medida em que a extralegalidade venha a se tornar a norma.

Haroldo Santos Filho é diretor Institucional da Fenacon
haroldo@fenacon.org.br

Categorias econômicas representadas pelos sindicatos filiados à Fenacon



Os Sindicatos, devidamente congregados pela Fenacon, representam os segmentos econômicos abaixo discriminados, integrantes do Ordenamento Sindical do Grupo Terceiro, da Confederação Nacional do Comércio na forma de CLT e do Parágrafo IV do artigo oitavo da Constituição Federal (exceto se houver sindicato de representação específica). Assim, as empresas que devem recolher Contribuição Sindical e Confederativa aos Sindicatos Filiados são:

I - Empresas e escritórios de serviços contábeis e fiscais

(organizados ou não sob forma de pessoa jurídica)

01. Empresas de Contabilidade
02. Escritórios Fisco-Contábeis Autônomos
03. Empresas de Auditoria
04. Escritórios de Auditoria Autônomos
05. Empresas de Assessoria e Consultoria Contábil
06. Escritórios de Assessoria e Consultoria Contábil Autônomos
07. Empresas de Assessoramento Contábil
08. Empresas de Perícias Contábeis
09. Empresas de Informações Contábeis
10. Empresas de Pesquisas Contábeis

II - Empresas e escritórios de assessoria e assistência

11. Assessoria de importação e exportação e aduaneira
12. Assessoria de marketing e merchandising
13. Assessoria e assistência gerencial, econômica, financeira e fiscal
14. Assessoria e planejamento fiscal e contábil
15. Assessoria na área de crédito
16. Assessoria e assistência técnica rural
17. Assessoria da previdência privada
18. Assistência automobilística
19. Assistência e orientação a cooperativas habitacionais e agropecuárias
20. Assistência e projetos de cozinhas
21. Assistência e projetos agropecuários
22. Assistência e projetos de urbanização
23. Assistência e projetos de viabilidade técnica-econômica
24. Assistência e projetos de topografia, aerolevantamento e aerofotografia
25. Assistência e projetos de reflorestamento
26. Assistência e projetos de prospecção geofísica
27. Assistência e projetos na área de telecomunicações
28. Assistência e projetos urbanísticos e estudos ambientais
29. Assistência técnica de aparelhos e equipamentos
30. Assistência empresarial e gerencial

III - Empresas e escritórios de perícias e avaliações

31. Avaliações de empresas

32. Avaliações patrimoniais
33. Engenharia de avaliações
34. Avaliações e regularização de avarias marítimas
35. Perícias judiciais, trabalhistas e contábeis
36. Controle patrimonial

IV - Empresas e escritórios de consultoria

37. Consultoria empresarial
38. Consultoria na área de informática
39. Consultoria técnica e imobiliária
40. Consultoria financeira, econômica e fiscal

V - Sociedade de advogados

VI - Empresas e escritórios de administração

41. Administração de crédito
42. Administração de convênios
43. Administração de vale-transporte
44. Administração de vale-refeições (através de tíquete)
45. Administração empresarial
46. Administração de cartão de crédito
47. Administração de transporte e serviços portuários
48. Administração de clubes
49. Administração de recursos públicos
50. Administração de estradas e rodovias com cobrança de pedágio

VII - Empresas e escritórios de organização e coordenação

51. Organização de eventos
52. Exposições e feiras
53. Organização e promoção de venda de cartões de instituições e clubes
54. Organização e promoção de vendas de contratos de assistência técnica
55. Promoção de vendas e mala-direta
56. Organização e promoção de congressos e eventos

VIII - Empresas e escritórios de serviços

57. Serviços de cópias e fotocópias
58. Serviços de documentação e microfilmagem
59. Serviços de urbanismo, ajardinamento e ornamentos
60. Serviços de consertos em geral
61. Serviços de cobrança extrajudicial

62. Recursos humanos, seleção, recrutamento, treinamento e desenvolvimento
63. Agências de serviços terceirizados pela EBCT
64. Aerofotografia
65. Aerolevantamento

IX - Associações, clubes, entidades cooperativas

66. Clubes de proteção ao crédito
67. Clubes de diretores lojistas
68. Associações comerciais, industriais e de serviços
69. Associações de criadores rurais e de ruralistas
70. Câmaras de indústria, comércio e serviços
71. Sociedades civis e militares
72. Clubes de serviços
73. Centrais de abastecimento
74. Centrais de produtores rurais
75. Companhias de desenvolvimento
76. Bolsa de valores e mercadorias
77. Cooperativas de serviços e trabalho profissional (exceto serviços médicos e odontológicos)
78. Cooperativas habitacionais
79. Partidos políticos
80. Serviços de apoio a empresas

X - Agências de informações e pesquisas

81. Agências de informações e pesquisas
82. Agências de colocação de fretes (centrais de fretes)
83. Agências de colocação de mão-de-obra (inclusive temporária)
84. Agências de marcas e patentes
85. Agências de recursos humanos

XI - Holdings societárias e fundos mútuos

86. Participações societárias
87. Administração patrimonial (exceto bens imóveis)
88. Administração de ações e quotas
89. Administração de bens e negócios
90. Administração de fundos mútuos e de previdência privada

* De acordo com o ordenamento do Sistema Confederativo de Representação Sindical da Confederação Nacional do Comércio - CNC, grupo terceiro

Embasamento legal da contribuição sindical

MISSÃO INSTITUCIONAL DOS SINDICATOS

Aos sindicatos, conforme previsto na Constituição Federal (art. 8º), cabe a defesa dos interesses individuais e coletivos da categoria representada, inclusive em questões judiciais e administrativas, sendo obrigatória sua participação nas negociações coletivas de trabalho.

CUSTEIO DAS ATIVIDADES SINDICAIS - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (Art. 578 CLT)

Assim, para custear suas atividades, entre outras fontes, está prevista a Contribuição Sindical (antigo imposto sindical), disciplinada pelo art. 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

DATA-LIMITE PARA O RECOLHIMENTO

- Empregadores: 31.JAN.2004;
- Autônomos: 29.FEV.2004;
- Para os que venham a estabelecer-se após os meses acima, a Contribuição Sindical será recolhida na ocasião em que requeiram às repartições o registro ou a licença para o exercício da respectiva atividade;

* O recolhimento efetuado fora do prazo será acrescido das cominações previstas no art. 600 da CLT.

FORMA DE RECOLHIMENTO

O recolhimento deverá ser realizado através de Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical - GRCS, junto à Caixa Econômica Federal.

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO

TABELA I - Para os agentes do comércio ou trabalhadores autônomos, não organizados em empresa (item II do artigo 580 da CLT, alterado pela Lei 7.047 de 01 de dezembro de 1982), considerando os centavos, na forma do Decreto-lei n.º 2.284/86.

30% de R\$ 159,04

Contribuição devida = R\$ 47,71

TABELA II - Para os empregadores e agentes do comércio organizados em firmas ou empresas e para as entidades ou instituições com capital arbitrado (item III alterado pela Lei n.º 7.047 de 01 de dezembro de 1982 e §§ 3º, 4º e 5º do art. 580 da CLT).

VALOR BASE: R\$ 159,04

Linha	Classe de Capital Social (em R\$)		Aliquota(%)	Parcela a adicionar (R\$)	
01	de 0,01	a	11.928,00	Contr. Mínima	95,42
02	de 11.928,0	a	23.856,00	0,8%	-
03	de 23.856,01	a	238.560,00	0,2%	143,14
04	de 238.560,01	a	23.856.000,00	0,1%	381,70
05	de 23.856.000,01	a	127.232.000,00	0,02%	19.466,50
06	de 127.232.000,01		em diante	Contr. Máxima	44.912,90

Exactus

NOTAS:

- 1 - As firmas ou empresas e as entidades ou instituições cujo capital social seja igual ou inferior a R\$ 11.928,00, estão obrigadas ao recolhimento da Contribuição Sindical mínima de R\$ 95,42, de acordo com o disposto no § 3º do art. 580 da CLT (alterado pela Lei n.º 7.047 de 01 de dezembro de 1982);
- 2 - As firmas ou empresas com capital social superior a R\$127.232.000,00, recolherão a Contribuição Sindical máxima de R\$ 44.912,90, na forma do disposto no § 3º do art. 580 da CLT (alterado pela Lei n.º 7.047 de 01 de dezembro de 1982);
- 3 - Base de cálculo conforme art. 21 da Lei n.º 8.178, de 01 de março de 1991 e atualizado pela mesma variação da UFIR, de acordo com o art. 2º da Lei n.º 8.383, de 30 de dezembro de 1991, observada a Resolução CNC/SICOMÉRCIO n.º 017/2003.

CUIDADOS NO PREENCHIMENTO

É indispensável o preenchimento correto da GRCS, especialmente do campo 07 - CÓDIGO DA ENTIDADE SINDICAL, motivo pelo qual divulgamos os códigos sindicais que devem ser utilizados para cada sindicato.

MORA / PENALIDADES

Durante o primeiro mês de atraso no recolhimento da contribuição sindical patronal, incidirá multa correspondente a 10% (dez por cento) de seu valor e, a partir do segundo mês de atraso, será acrescida sucessivamente de 2% (dois por cento) ao mês ou fração.

Em caso de mora, são ainda devidos juros à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração e correção monetária calculada de acordo com os coeficientes aplicáveis a débitos para com a Fazenda Nacional (artigo 600 da CLT). Além dos acréscimos decorrentes da mora, sujeita-se o inadimplente à imputação de multa pela Delegacia Regional do Trabalho, da ordem de 7,5657 até 7.565,6932 UFIR, segundo dispõe o artigo 598 da CLT e Portaria n.º 148, de 25 de janeiro de 1996, do Ministro de Estado do Trabalho.

CÓDIGOS DA ENTIDADE SINDICAL

Cada Sindicato Filiado tem seu código sindical. As guias entregues pelo seu Sindicato já vêm previamente preenchidas com o respectivo código. Caso sua empresa contábil não tenha recebido as guias, você poderá preenchê-la, respeitando os seguintes códigos de área, conforme quadro abaixo.

CATEGORIAS REPRESENTADAS PELOS SINDICATOS FILIADOS

A relação apresentada na página 32 resume basicamente a representatividade dos Sindicatos.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Demais informações e esclarecimentos podem ser obtidos diretamente no Sindicato (relação na página 2) com base territorial abrangente da localidade em que sediado o contribuinte, cuja orientação prevalece no cumprimento da contribuição sindical mencionada.

Códigos de área dos sindicatos filiados

REGIÃO SUDESTE		
Sindicato	Fundação	Registro Sindical
ES	22.01.93	002.365.04904-9
MG	20.12.90	002.365.04937-5
RJ	16.02.87	002.365.86767-1
SP	12.01.49	002.365.86257-2
SUL FLUM.	18.12.92	002.365.05022-5

REGIÃO SUL		
Sindicato	Fundação	Registro Sindical
APUCARANA	05.09.00	002.365.00000-7
BLUMENAU	05.09.97	002.365.89502-0
CAXIAS DO SUL	11.08.93	002.365.87490-2
GDE. FLOR.	20.12.88	002.365.88511-4
LONDRINA	28.07.91	002.365.90169-1
PONTA GROSSA	02.09.94	002.365.00000-7
PARANÁ	09.09.88	002.365.88248-4
SC	15.09.84	002.365.02808-4

REGIÃO CENTRO OESTE / NORTE		
Sindicato	Fundação	Registro Sindical
DF	12.01.87	002.365.04303-2

AM	13.06.01	002.365.00000-7
AP	23.05.01	002.365.00000-7
GO	01.12.92	002.365.05474-3
MS	16.06.87	002.365.87924-6
MT	03.04.91	002.365.86025-1
PA	26.11.94	002.365.90145-4
RO	08.12.93	002.365.00000-7
RR	30.04.93	002.365.04959-6
TO	27.09.96	002.365.00000-7
AC	19.11.01	002.365.00000-7

REGIÃO NORDESTE		
Sindicato	Fundação	Registro Sindical
AL	12.03.97	002.365.89638-8
BA	07.12.94	002.365.90858-0
CE	12.12.88	002.365.88157-7
MA	13.08.97	002.365.90023-7
PB	22.06.94	002.365.90755-0
PE	08.02.93	002.365.88145-3
PI	21.06.99	002.365.90801-7
RN	16.06.96	002.365.00000-7
SE	24.09.91	002.365.04999-5

CNC

Prosoft